

Sumário

Número de notícias: 45 | Número de veículos: 35

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal alerta sobre o risco de aplicativos falsos 4

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Golpistas atacam até no acerto de contas com o Leão 5

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

É preciso acelerar a reforma tributária (Editorial) 7

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A 'alquimia' social das apreensões da Receita 9

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aberta consulta ao lote residual 11

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Infração da Receita Federal é revertida no Supremo 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Alta nas receitas e revisão do INSS devem reduzir exigência de bloqueio a R\$ 3 bi
..... 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Correios vão receber pedido de auxílio-doença 14

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Correios vão receber pedidos de benefício a partir de abril 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Projeções indicam contingenciamento zero e déficit contido 16

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Sem bloqueio para quem não provar vida para o INSS 18

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS libera comprovação de vida 19

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS suspende bloqueio de benefício por falta de prova de vida 20

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS suspende prova de vida até 31 de dezembro 21

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Bloqueio de benefício por falta de prova de vida é suspenso pelo INSS.....	22
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	
Governo quer negociar com motociclistas de aplicativo.....	23
AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5.....	24
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
Bloqueio no Orçamento deve ficar próximo a R\$ 3 bi.....	25
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL	
IA: TSE aprova normativa para regulamentar propaganda eleitoral.....	26
G1 - NACIONAL - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
Estamos com as rédeas nas mãos , diz Tebet sobre contas públicas.....	28
DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL SERVIDOR PÚBLICO	
Plano de Carreira de servidores efetivos é aprovado por unanimidade.....	29
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES REFORMA TRIBUTÁRIA	
CNC entrega à Fazenda sugestões para regulamentação da reforma tributária - CAPITAL S/A	31
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
MP denuncia Jair Renan por lavagem de dinheiro.....	33
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
BC sinaliza freio no ritmo da taxa Selic.....	34
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Governo diz que tem solução para dívidas dos estados.....	36
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Dívida dos estados: Haddad diz que entrega proposta semana que vem.....	37
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Tesouro quer manter juro real em renegociação de dívida de Estados.....	38
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Copom reduz selic para 10,75% e sinaliza outro corte de 0,5.....	40
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Taxa é reduzida para 10,75%.....	42
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
BC reduz Selic a 10,75% e sinaliza que pode diminuir ritmo de novos cortes.....	44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Reduzir a inflação não é difícil; duro é mantê-la baixa" 46

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com nova Selic, analistas sugerem aplicações atreladas à inflação 47

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

União quer usar emenda parlamentar para investir 49

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado financeiro vê Haddad forte e juro e inflação em queda 50

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Atividade surpreende, e FGV Ibre eleva as projeções para ano 51

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Fazenda reduz "marginalmente" estimativa para IPCA 54

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Maior incerteza fez o Copom mudar sinalização 55

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Fed mantém juros, mas reduz espaço para cortes até 2026 57

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado vê BC mais cauteloso com incertezas 59

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
ECONOMIA

Copom corta juro básico pela sexta vez consecutiva 63

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Juros caem e mexem com investimentos 65

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Relatório deve melhorar expectativa do mercado 66

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Sem sinais sobre quando iniciará reduções, Fed mantém juros 68

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Economia argentina sofre retração de 1,6% no ano passado 70

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercados têm ganhos após falas de Powell; dólar fica abaixo de R\$ 5 72

Receita Federal alerta sobre o risco de aplicativos falsos

A **Receita Federal** alertou na segunda-feira (18) para a disseminação de aplicativos falsos do programa do Imposto de Renda 2024 e para o risco de golpes. O prazo de entrega das declarações começou em 15 de março e vai até 31 de maio. As informações são do Portal G1.

O aviso veio após o Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo ter identificado a disseminação de aplicativos "maliciosos".

"Este período também é marcado por uma série de tentativas de golpes por parte de criminosos que se aproveitam da importância do tema.

Campanhas maliciosas foram identificadas, visando induzir os usuários a baixar e instalar aplicativos falsos através das lojas de aplicativos para dispositivos móveis", diz a Receita.

A recomendação é acessar somente os programas oficiais do Imposto de Renda: para celular, o programa está disponível para Android e iOS; e, para o download no computador, o programa está disponível na página oficial da Receita.

BALANÇO A **Receita Federal** esperava receber 43 milhões de declarações este ano. Até as 17h31 de ontem (19), o órgão já tinha recebido 3.784.574 declarações.

Entregar o quanto antes a declaração é importante para quem quer receber as restituições mais rapidamente.

Também contam para isso o formato escolhido de declaração - pré-preenchida tem prioridade - e a forma de recebimento escolhida - recebimento via Pix também tem prioridade no recebimento da restituição. No caso do recebimento por Pix, a chave do contribuinte deverá ser necessariamente o CPF (não poderá ser e-mail ou telefone).

Quem não entregar dentro do prazo fixado - até 31 de maio, está sujeito a uma multa mínima de R\$ 165,74 e valor máximo correspondente a 20% do Imposto sobre a Renda devido.

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Golpistas atacam até no acerto de contas com o Leão

Desde a última sexta-feira (15/3), os brasileiros já podem fazer a declaração do Imposto de Renda. O procedimento pode ser feito on-line até o dia 31 de maio. E com a abertura do prazo para a entrega, a **Receita Federal** alertou que golpistas têm aproveitado para criar falsos sites ou aplicativos.

Foram, inclusive, identificadas campanhas induzindo usuários a baixar e instalar aplicativos falsos a partir das diferentes lojas, como a Google Play Store para dispositivos Android ou App Store para dispositivos iOS. Portanto, para evitar ser vítima de golpes, a recomendação é que o cidadão baixe somente o aplicativo disponível no site da **Receita Federal** e utilize apenas essa página para fazer a declaração.

O Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR Gov) também ressalta que todas as informações sobre o Imposto de Renda sejam buscadas no site da **Receita Federal**.

O aplicativo permite não apenas acompanhar a declaração, mas também a situação de cada pessoa em diversos sistemas da **Receita Federal**, como CPF, processos em andamento, agendamentos, pedidos de restituição, empregados domésticos no eSocial, cadastro de atividades econômicas, entre outras informações.

É possível ainda visualizar as últimas notícias, vídeos institucionais, aplicativos e a localização geográfica das unidades da **Receita Federal** em todo território brasileiro.

Conforme regras vigentes para 2024, o limite para rendimentos tributáveis subiu de R\$ 28.559,70 para R\$ 30.639,90. Das declarações que já foram entregues, 88% tem valores a restituir, 6,7% a pagar e 5,3% sem imposto.

O primeiro lote de restituição do tributo será pago em 31 de maio. A ordem de priorização dos lotes de restituição é a seguinte: contribuintes idosos com idade igual ou superior a 80 anos; idosos com idade igual ou superior a 60 anos; contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave; contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério; contribuintes que utilizaram a declaração pré-preenchida e/ou optaram por receber a restituição

por Pix; e demais contribuintes.

Lives para tirar dúvidas

Diante dos golpes e das dúvidas dos contribuintes, a **Receita Federal** vai fazer uma série de lives para esclarecer os principais pontos sobre a declaração. Quem não entregar dentro do prazo pagará uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

Ao todo, serão 10 lives até 22 de maio - a primeira aconteceu ontem. A transmissão será feita no canal da instituição no YouTube e a intenção é que o palestrante também responda questões que forem feitas no chat durante a live.

As outras nove lives também já estão com os temas definidos: destinação na declaração (27/3); lei das offshores, fundos de investimentos e investimentos no exterior (3/4); ganho de capital (10/4); atividade rural (17/4); declarando dependentes, bens, direitos e obrigações (24/4); malha fina (30/4); declarando rendimentos (8/5); carnê-leão (15/5); renda variável (22/5).

O tema desta quarta-feira foram as novidades da declaração deste ano. A Receita

elevou o limite dos rendimentos tributáveis de quem não é obrigado a declarar para R\$ 30.639,90, o que dá R\$ 2.553,33 por mês em 2023.

O Fisco também alterou o valor mínimo de rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte; de bens e direitos e de rendimento bruto com atividade rural.

O IR deste ano também tornou obrigatória a declaração de quem é dono de offshores - empresas ou contas fora do país - e trusts - sociedade criada para proteção de patrimônio - no exterior, ou quem quer atualizar o valor de bens ou direitos que tem no exterior. Houve ainda mudanças nas fichas de criptoativos, de alimentandos e de quem retornou ao Brasil.

"Elas (as lives) abordarão um tema que foi escolhido pela própria sociedade. Nós colocamos na nossa página um formulário, pedindo votação e sugestões de

temas, ouvimos o que mais preocupa a sociedade e elaboramos o calendário de palestras", explicou o superintendente nacional do Imposto de Renda, José Carlos Fonseca.

A iniciativa é mais uma forma de diminuir as dúvidas dos contribuintes. Outra novidade lançada pela Receita neste ano foi a criação de um robô chamado Leo, disponibilizado no site do órgão, que realiza perguntas ao usuário para saber se tem obrigação de entregar os dados ao Fisco.

**43 milhões TOTAL DE DECLARAÇÕES
AGUARDADAS NESTE ANO**

Site: <https://digital.em.com.br>

É preciso acelerar a reforma tributária (Editorial)

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cobrou o governo sobre o envio dos projetos de leis complementares para regulamentar a **reforma tributária** sobre o consumo.

Para Lira, essa fase precisa ser encerrada ainda neste ano, sob pena de que a proposta venha a naufragar.

Tem razão o presidente da Câmara ao fazer um apelo público ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad. À primeira vista, o calendário para a aprovação dos projetos parece confortável, uma vez que a reforma entrará em vigor somente em 2026.

No entanto, a disputa eleitoral deve encurtar o ano no Legislativo. Com deputados e senadores dedicados a apoiar prefeitos em suas bases, o governo teria apenas o primeiro semestre para tocar os projetos de seu interesse no Congresso.

Os 19 grupos técnicos responsáveis pela elaboração dos anteprojetos, no entanto, ainda não concluíram os trabalhos, e os textos ainda terão de ser submetidos a Haddad antes que eles se tornem projetos aptos a serem enviados ao Legislativo.

Todas essas discussões não podem se estender além deste ano. Em 2025, será preciso regulamentar a reforma por meio de normas infralegais que dependem dos projetos de lei. Além disso, será preciso testar os sistemas para garantir que a transição entre o modelo atual e o novo ocorra sem contratempos.

Não será uma tarefa trivial, dado que a reforma aprovada pelo Congresso, que cria o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e unifica cinco **tributos** federais, estaduais e municipais, representa uma verdadeira revolução diante do caótico modelo tributário brasileiro.

A emenda constitucional, no entanto, deu apenas as diretrizes gerais que agora precisam ser devidamente detalhadas, discutidas e aprovadas. Entre os temas pendentes está a governança do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tributo cuja arrecadação será dividida entre Estados e municípios.

Será preciso garantir a não cumulatividade dos **tributos**, que corrói a competitividade dos produtos brasileiros no exterior, estabelecer os itens da cesta

básica que serão ou não desonerados e discutir os detalhes dos regimes específicos, diferenciados ou favorecidos para alguns setores econômicos.

Também será preciso decidir quais serão alvo do Imposto Seletivo, cuja alíquota será de até 1% sobre a produção. Naturalmente, todos os setores que potencialmente possam se tornar alvo dessa cobrança têm trabalhado para se livrar dela, como a indústria de alimentos ultraprocessados e de bebidas açucaradas e os setores de mineração e petróleo.

Disso dependerá a alíquota padrão do IVA, que, aliás, o governo ainda não divulgou.

Antes da aprovação da reforma, o Ministério da Fazenda a havia estimado em 27,5%, mas as mudanças no texto durante a fase final de tramitação ainda não haviam sido incorporadas quando tal porcentual foi divulgado.

Críticos da reforma podem até argumentar que esse porcentual colocaria o País na liderança das alíquotas mais elevadas do mundo, mas nenhum deles arriscaria dizer qual o nível de tributação do modelo atual - não por incompetência, mas porque as distorções do sistema atual tornaram uma tarefa tão simples como essa simplesmente impossível.

Apesar de a demora dos grupos técnicos do governo para concluir os anteprojetos ser evidente, o Congresso também deveria fazer a sua parte e colaborar com o avanço da reforma. Lira já poderia ter definido o relator dos textos na Câmara, mesmo porque mais de 70 pontos precisam de legislação complementar.

Além disso, seria prudente que os parlamentares recuassem da proposta paralela que articulam para impor travas ao Imposto Seletivo e reduzir as prerrogativas da **Receita Federal** sobre o tema. Trata-se de clara e indevida invasão de competências por parte dos parlamentares, que não merece prosperar.

Há muito a ser feito e pouco tempo para concluir os trabalhos. Mas governo e Congresso não podem titubear nem se perder em disputas de poder inócuas. É hora de avançar com a **reforma tributária** e colocá-la em prática para que o País possa iniciar uma nova fase de desenvolvimento.

O presidente da Câmara defendeu que a "regulamentação da tributária não pode naufragar por falta de calendário". Segundo ele, se o governo deixar a proposta para depois de 2024, "fica complicado".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A 'alquimia' social das apreensões da Receita

ROBERTA JANSEN

Uma parceria inédita firmada entre a **Receita Federal** e instituições de ensino e pesquisa de todo o País promove o aproveitamento cada vez mais eficiente de toneladas de mercadorias apreendidas diariamente e que, até pouco tempo atrás, tinham de ser totalmente destruídas.

Para além da doação pura e simples, a Receita aposta em inovação. Por meio desse programa, aparelhos de "gatonet" estão sendo transformados em microcomputadores; bebidas alcoólicas, em álcool gel; e cigarros, em adubo para plantações.

Para ter uma ideia dos volumes arrecadados pela **Receita Federal**, no ano passado o total calculado em reais chegou a R\$ 3,8 bilhões em mercadorias retidas no controle aduaneiro e também em operações de combate ao contrabando.

Entre os produtos mais apreendidos, estão os cigarros (22,7% do total), eletroeletrônicos (16,82%), peças de vestuário (5,27%), bebidas alcoólicas (2,19%), perfumes (0,91%), entre outros.

Antes das parcerias, a maior parte das mercadorias apreendidas era destruída.

GEL E GELEIA. A ideia do reaproveitamento de mercadorias surgiu durante a pandemia de covid-19, quando começou a faltar álcool em gel no comércio e sobrar bebida alcoólica apreendida nos depósitos da **Receita Federal**. O Instituto Federal do Sul de Minas Gerais foi uma das primeiras instituições acionadas: seria possível transformar toda aquela bebida em álcool em gel?

"Desde 2020, transformamos 44 mil litros de bebidas alcoólicas em álcool em gel", afirmou o reitor do instituto, Cléber Ávila. "Há pouco tempo começamos também a transformar vinho em geleia." Os produtos são usados pela própria instituição ou doados para escolas, repartições públicas, asilos e hospitais.

Na esteira do álcool em gel, vieram os aparelhos chamados oficialmente de TV Box e popularmente conhecidos como "gatonet", que permitem o acesso livre às plataformas de streaming e são proibidos no Brasil. A novidade, em pleno período do confinamento, bateu recorde de apreensão.

Atualmente, estima-se que existam nos depósitos da

Receita Federal nada menos que 2,5 milhões de aparelhos desse tipo. O volume se transformou num grande desafio para o reaproveitamento, em vez da destruição pura e simples.

MININOTEBOOKS. "Esse é um dos meus projetos preferidos: a transformação das TV Box em mininotebooks", comentou a gerente nacional do programa Cidadania Fiscal, da **Receita Federal**, Ana Paula Sacchi Kuhar.

"Na época da pandemia, apreendemos um número recorde desses aparelhos e precisávamos definir o que fazer com eles. Porque, até para destruir, nós teríamos de arcar com os custos. Um colega entrou em contato com uma universidade e surgiu essa ideia de transformá-los em computador.

Desde 2021, já transformamos milhares de TV Boxes em computadores e entregamos para escolas públicas." No processo, os especialistas removem o software que dá acesso ilegal aos satélites e bloqueiam o aparelho para que não seja utilizado na captura de sinal novamente. Feito isso, o aparelho pode ser reconfigurado para funcionar como um microcomputador, após a instalação de um sistema operacional e de softwares educacionais gratuitos.

"São muitos modelos diferentes de TV Box e, para cada um, temos de ter um protocolo de descaracterização", afirmou o professor Leonardo Henrique Soares Damasceno, da Universidade Federal de Alfenas, em Minas Gerais, que participa do programa.

"Cada protocolo que eu desenvolvo jogo no grupo das instituições de ensino que participam do programa e todas elas podem replicar. A gente vai se ajudando dessa forma." O FIM DOS MAÇOS DE CIGARRO.

Cigarro e tabaco irregulares são apreendidos diariamente e, antes, também eram inteiramente destruídos. Somente no ano passado foram 171 milhões de maços de cigarros confiscados - a grande maioria vinda do Paraguai.

Ainda nas dependências da **Receita Federal**, os cigarros são colocados em uma máquina capaz de separar as embalagens do tabaco e dos filtros - em uma velocidade de aproximadamente mil maços por hora.

O objetivo dessa separação é o reaproveitamento do

material: o tabaco é enviado a instituições parceiras e usado em processos de compostagem, para a produção de adubo e inseticidas; os filtros são usados em compostos para fazer telhas e blocos de construção; e os plásticos são enviados para reciclagem. Somente no Instituto Federal do Sul de Minas, desde 2021 foram 440 toneladas de tabaco transformadas em adubo.

"Com isso, já tem muitos institutos federais que não precisam mais gastar parte de seu orçamento com adubo e inseticida para seus cursos de agronomia", afirmou Ana Paula Sacchi Kuhar. "Elas já conseguem produzir o suficiente para o próprio uso." As apreensões de cigarros eletrônicos vêm crescendo nos últimos cinco anos, atingindo um total de R\$ 61 milhões no ano passado. Não por acaso, várias instituições de ensino já estão desenvolvendo tecnologias para transformar o cigarro eletrônico - que é proibido no Brasil - em algum outro produto.

PERFUME E PRESÍDIO. Entre algumas das ideias já em desenvolvimento estão usar o líquido dos cigarros eletrônicos para produtos de perfumar ambientes e as baterias em outros eletroeletrônicos.

Uma outra parceria importante da Receita é feita com presídios femininos para o reaproveitamento de roupas de grifes estrangeiras ou falsificadas que entraram de forma irregular no Brasil. Alunos de cursos de moda treinam as detentas para descaracterizar as peças para que elas possam, posteriormente, ser doadas.

"Já doamos toneladas de peças de roupas em casos de calamidade pública como enchentes, para as pessoas que perderam tudo", disse Ana Paula, da **Receita Federal**.

ATÉ CABELO. Há ainda ações pontuais, dependendo do tipo de mercadoria que aparece no depósito. No ano passado, por exemplo, um carregamento de cabelo humano no valor de R\$ 54 mil não foi requisitado por ninguém. Isso depois de passar mais de três meses no Porto de Itaguaí.

Os 65 quilos de cabelo foram então doados para a ONG Cabelegria, de São Paulo, que confecciona perucas para pacientes com câncer.

O programa que começou timidamente como um projeto piloto já envolve mais de 35 instituições de ensino no Brasil todo.

"É muito importante para as comunidades locais, para os estudantes, para o custeio dos institutos federais, para todos", afirmou Cléber Ávila

Começou com a pandemia Ideia de reaproveitar os bens apreendidos surgiu com a covid-19 e a falta de álcool em gel em parte do comércio

Destino do TV Box Pode funcionar como microcomputador, após a instalação de sistema operacional e de softwares educacionais

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Aberta consulta ao lote residual

Receita Federal libera hoje a consulta ao lote residual de restituição do Imposto de Renda do ano passado. Serão contemplados 205.930 contribuintes entre prioritários e não prioritários. O crédito bancário será realizado no dia 28 março, no valor total de R\$ 339 milhões, por meio de depósito ou Pix. O contribuinte deve acessar a página da Receita na Internet no site www.gov.br/receitafederal para verificar se a restituição já está disponível, clicar em Meu Imposto de Renda e, em seguida, em Consultar a Restituição.

Para este ano serão liberados cinco lotes, sendo o primeiro em 31 de maio, no último dia de entrega da declaração.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=11024>

Infração da Receita Federal é revertida no Supremo

Uma empresa do setor financeiro conseguiu reverter no Supremo Tribunal Federal (STF) uma autuação aplicada pela **Receita Federal** no valor de R\$ 25 milhões em uma ação que tratava de casos conhecidos popularmente como "pejotização". A decisão que invalidou a autuação ocorreu em um procedimento de reclamação constitucional julgado no fim de fevereiro e considerou o entendimento do STF em um procedimento semelhante, no qual a TV Globo revogou uma autuação de R\$ 150 milhões. Ambas as decisões são consideradas pioneiras no Judiciário brasileiro, uma vez que não há precedente anterior para este tipo de caso. De acordo com os advogados Renato Vieira de Ávila e Alex Ávila, do escritório catarinense Vieira de Ávila Advocacia e que representam a empresa, ela tem como prática a contratação de prestadores de serviço por meio de pessoa jurídica e não como pessoa física celetista - via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em meados de 2015, essa prática foi questionada pela **Receita Federal** após uma fiscalização. O órgão considerou que a atuação dos prestadores de serviço deveria ser enquadrada como celetista e aplicou penalidade à empresa, que recorreu a diversas instâncias judiciais questionando o auto de infração.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-21-03-2024/>

Alta nas receitas e revisão do INSS devem reduzir exigência de bloqueio a R\$ 3 bi

FERNANDA TRISOTTO BRASÍLIA

Uma combinação de elevação das receitas e revisão para baixo de gastos previdenciários afastou o risco de um bloqueio significativo nos gastos de custeio e investimentos do governo, cujo valor será apresentado no Relatório Bimestral que será divulgado amanhã. A tendência, de acordo com integrantes da equipe econômica, é que o bloqueio fique em um patamar de até R\$ 3 bilhões.

A projeção inicial era de que seria necessário bloquear ao menos R\$ 5 bilhões, conta que poderia chegar aos R\$ 15 bilhões.

Mas o bom desempenho das receitas, que foi acompanhado de uma redução expressiva de despesas com a Previdência, afastou o risco de uma necessidade de um bloqueio bem maior de recursos.

Em janeiro, a arrecadação federal alcançou R\$ 280,6 bilhões - com alta real de 6,67% em relação a janeiro de 2023, o que já incluiu as receitas extras resultante da taxação de fundos exclusivos.

Os números de fevereiro serão divulgados hoje. As instituições ouvidas pelo Projeções Broadcast estimam mediana da ordem de R\$ 184,3 bilhões para a arrecadação do segundo mês do ano, com intervalo de R\$ 166,3 bilhões a R\$ 188,5 bilhões.

Essa mediana representa um ganho real de 11% em comparação a fevereiro de 2023, em números corrigidos pelo IPCA.

DESPEAS DO INSS. Outro fator apontado para a necessidade de um bloqueio menor foi que a revisão de gastos previdenciários mitigou o impacto da dinâmica do **INSS**, reduzindo a necessidade de bloquear recursos para cobrir essas despesas obrigatórias. De acordo com integrantes da equipe econômica, o governo vai incorporar nas contas uma redução de mais de R\$ 10 bilhões decorrente da revisão de benefícios previdenciários.

Como o Estadão/Broadcast já mostrou, integrantes da equipe econômica querem deixar claro, antes da divulgação do boletim fiscal do primeiro bimestre, amanhã, a diferença entre bloqueio e contingenciamento, termos que já foram usados como

sinônimo no passado.

Bloqueio diz respeito ao crédito disponível, quando há um estouro na rubrica de gastos - ou seja, se as despesas obrigatórias sobem o governo precisa cortar recursos previstos para custeio e investimentos para não estourar os limites previstos no arcabouço.

Já contingenciamento é um outro tipo de trava, que está ligado ao limite de empenho, quando faltam receitas para fechar as contas dentro do resultado primário previsto.

RELATÓRIO BIMENSAL. A divulgação do primeiro relatório de avaliação do Orçamento do ano, chamado Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, marcada para esta sexta-feira, é aguardada com expectativa porque indicará se a meta fiscal para 2024, que é de resultado neutro (0% do **PIB**), será cumprida ou não, o que pode ensejar a necessidade de bloquear mais despesas. O atual arcabouço prevê uma margem de tolerância de 0,25 ponto porcentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) para cima ou para baixo.

Deputado diz que dados da Fazenda sobre o Perse estão incompletos

O Ministério da Fazenda respondeu a um requerimento de informação sobre o Programa Emergencial do Setor de Eventos (Perse), mas o autor da lei que criou os benefícios tributários para o setor, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE), disse que os dados estão incompletos. A resposta da equipe econômica foi enviada ao Congresso na última sexta-feira.

O pedido do parlamentar, encaminhado ao governo em fevereiro, solicita acesso aos valores da renúncia fiscal com o Perse em 2023. Esse número é ponto de controvérsia entre a equipe econômica e o Congresso.

Segundo Carreras, o material divulgado pela Fazenda detalha apenas 32 dos 44 itens da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAEs) que se enquadram no Perse. As outras 12 CNAEs foram agrupadas na categoria "demais". "Isso apresenta uma omissão de 1 em cada 5 do custo", criticou o parlamentar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Correios vão receber pedido de auxílio-doença

GUSTAVO SILVA gustavo.silva@oglobo.com.br

O **INSS** fechou parceria com os Correios para que as agências da ECT recebam pedidos de benefício por incapacidade temporária (o antigo auxílio-doença). Os testes para a nova modalidade começaram com projeto-piloto em Fortaleza, em 18 de março. O objetivo é expandir a novidade para todo o país até abril.

Atualmente, o **INSS** conta com 1.600 agências no Brasil, enquanto os Correios têm cerca de 11 mil unidades, das quais quase sete mil são próprias. A parceria, segundo o instituto, vai abranger todas as agências da ECT, incluindo as franqueadas. A ideia é facilitar o acesso aos benefícios, tornando o processo menos burocrático.

Funcionários dos Correios vão auxiliar segurados a fazer o requerimento por meio do Atestmed -sistema que funciona no site ou aplicativo Meu **INSS** e permite o envio de laudos e atestados digitalizados, para análise de médico perito a distância, sem a necessidade de comparecimento a perícia presencial em unidade da **Previdência Social**.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Correios vão receber pedidos de benefício a partir de abril

Gustavo Silva

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) fechou uma parceria com os Correios, ontem, para que as agências da ECT recebam pedidos de benefício por incapacidade temporária - o antigo auxílio-doença. A ideia é que os segurados da **Previdência Social** tenham uma rede mais ampla de atendimento.

Os testes para essa nova modalidade começaram com um projeto-piloto em Fortaleza, no Ceará, no último dia 18. O objetivo agora é expandir a novidade para todo o país até abril.

COMO VAI FUNCIONAR

Atualmente, o **INSS** conta com cerca de 1.600 agências espalhadas pelo Brasil, enquanto os Correios têm aproximadamente 11 mil unidades, das quais quase 7 mil são próprias. A parceria, segundo o instituto, vai abranger todas as agências da ECT, incluindo as franqueadas.

A ideia é facilitar o acesso dos segurados aos benefícios, tornando o processo menos burocrático.

Pelo acordo firmado, funcionários dos Correios vão auxiliar os segurados a fazerem o requerimento do auxílio por meio do Atestmed - sistema que funciona dentro do site ou do aplicativo Meu **INSS** e que permite o envio de laudos e atestados médicos ou odontológicos digitalizados, para análise de um médico perito à distância, sem a necessidade de comparecer a uma perícia presencial numa unidade da **Previdência Social**. Os empregados dos Correios vão receber e digitalizar a documentação do segurado para envio ao instituto.

A mudança faz parte da tentativa do **INSS** de ampliar a utilização do Atestmed.

A expectativa do órgão é de que, até 30 de abril, 100% dos benefícios por incapacidade sejam requeridos por meio desse sistema digital.

SAIBA MAIS

O APOIO DAS AGÊNCIAS

Atendimento

Os segurados terão duas opções para utilizar esse novo canal de atendimento: - Comparecer diretamente a uma agência dos Correios, onde um funcionário auxiliará no pedido e digitalizará laudos e atestados médicos; - Iniciar o requerimento por meio da central telefônica 135 e, posteriormente, se dirigir a uma agência dos Correios apenas para apresentar laudos e atestados médicos, complementando assim o pedido.

Peritos liberados

O argumento do governo para promover essa mudança é a necessidade de liberar a força de trabalho dos médicos peritos para outras análises, como os requerimentos de Benefício de Prestação Continuada/Loas) - concedido a pessoas acima de 65 anos de baixa renda e pessoas com deficiência também carentes, no valor de um salário mínimo (R\$ 1.412) - e as revisões periódicas de outros benefícios.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Projeções indicam contingenciamento zero e déficit contido

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana De Brasília

As novas projeções de receitas e despesas de 2024, que o governo divulga nesta sexta-feira (22), vão apontar para o cumprimento da meta de zerar o déficit fiscal neste ano. Os números deverão indicar um resultado primário negativo de R\$ 8 bilhões, dentro da margem de tolerância estabelecida pelo novo arcabouço fiscal, informou fonte do governo. Assim, será anunciado contingenciamento zero.

No entanto, por causa de um crescimento acima do esperado de algumas despesas, sobretudo aquelas com benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), existe o risco de ser ultrapassado o limite máximo de gastos permitido pelo arcabouço este ano, que é R\$ 2,1 trilhões. Assim, será necessário bloquear de R\$ 2,9 bilhões a R\$ 3 bilhões para manter o limite.

Atualmente, existem dois controles para o desempenho das contas públicas: a meta de resultado primário e o limite de despesas. Se há risco de descumprimento da primeira, é feito um contingenciamento. Se o problema está no segundo, é feito um bloqueio. Essa diferenciação de mecanismos e objetivos existe desde a criação do teto de gastos, em 2016.

Significa que alguns ministérios terão parte de seu orçamento retida. A divulgação de quais pastas serão atingidas será feito até o dia 31 deste mês, via decreto. Por se tratar de um bloqueio, os recursos só serão liberados se houver queda em outras despesas e, com isso, for aberto um "espaço" sob o limite de despesas.

O dado que está sendo comemorado na área econômica como uma vitória, porém, é o contingenciamento zero. Trata-se de uma importante mudança de cenário em relação ao do fim do ano passado, quando era estimado por especialistas em algo como R\$ 50 bilhões. "O que estamos fazendo está dando certo", comentou a fonte. "É um ótimo resultado, diante do caos que estava sendo projetado."

Havia dúvidas na própria área econômica do governo em como agir, caso houvesse a necessidade de contingenciar recursos. O Ministério do Planejamento questionou ao Tribunal de Contas da União (TCU) qual

seria o limite máximo para contingenciamento este ano, à luz da nova regra fiscal: R\$ 56 bilhões ou R\$ 25,9 bilhões. A área técnica concluiu que vale o número maior, caso contrário os agentes públicos estariam infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LFR) e a lei de finanças públicas. O processo ainda será analisado no plenário, mas ainda não há data para julgamento.

Apesar de a arrecadação haver batido recorde em janeiro e seguir forte, segundo a fonte, as novas projeções para o Orçamento indicarão número diferente para as receitas. Será cortada a estimativa de concessões e permissões, por causa de atrasos em contratos a cargo do Ministério dos Transportes - há uma previsão do governo no Orçamento de arrecadar R\$ 44,3 bilhões com esses contratos, mas especialistas questionam a viabilidade. Além disso, será considerado o impacto da retirada, da Medida Provisória (MP) 1.202, da parte que modificava a tributação sobre a folha de 17 setores intensivos em mão de obra e das prefeituras.

Por outro lado, algumas despesas obrigatórias têm crescido acima do esperado. É o caso dos benefícios previdenciários. O Orçamento (LOA) prevê R\$ 908,7 bilhões com essa rubrica neste ano, mas a tendência é que haja uma revisão para cima deste número, mesmo considerando as medidas de redução de gasto em curso no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Uma fonte explica que as medidas adotadas pelo **INSS** para reduzir gastos neste ano - orçadas em R\$ 12,5 bilhões bruto, pouco mais de R\$ 10 bilhões líquidos - estão surtindo efeito, compensando em parte o aumento do estoque de benefícios, que está ocorrendo em virtude da redução da fila de requerimentos. Para a revisão de sexta, contudo, a projeção de economia será mantida "por conservadorismo". Mas, se as medidas continuarem surtindo efeito e se o **INSS** conseguir implementar novas ações previstas, o valor pode crescer e ser refletido no relatório de avaliação de receitas e despesas de maio.

Na avaliação da economista Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), apesar da receita ter vindo "alta" nos primeiros meses deste ano, ela está em linha com a programação do próprio governo. "Isso evidencia a importância da confirmação das

premissas para as medidas adicionais de receita que o governo está esperando arrecadar. É um efeito que a gente deve observar ao longo do ano", considerou.

Além disso, ela aponta que ainda é cedo para afirmar que as revisões nos benefícios previdenciários vão fazer efeitos relevantes. "Caso essa revisão não gere o impacto esperado pelo governo, ou caso haja necessidade de ampliar a dotação de algum outro gasto obrigatório sujeito ao limite de despesa, será possível observar bloqueios adicionais ao longo do ano, como ocorreu nos anos anteriores."

É cedo para dizer que revisões de benefícios previdenciários terão efeitos relevantes Vilma Pinto

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187820?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187820?page=1§ion=1)**

Sem bloqueio para quem não provar vida para o INSS

O Ministério da **Previdência Social** decidiu que, até 31 de dezembro de 2024, a falta de comprovação da prova de vida dos beneficiários do **INSS** não vai acarretar no bloqueio ou suspensão do benefício. A portaria foi publicada no Diário Oficial da União.

Além da orientação para o não bloqueio dos benefícios sem prova de vida até o final desse prazo, a portaria muda o período da contagem de 10 meses para a comprovação. Ao invés de a contagem valer a partir da data de

aniversário do segurado, ela agora começa da data da última atualização do benefício ou mesmo da última prova de vida. É importante lembrar que, para comprovar a vida, não é preciso ir até o banco ou a uma agência do **INSS**.

De acordo com as novas regras, para evitar a suspensão de benefícios de forma indevida, o **INSS** receberá dados de outros órgãos públicos federais, preferencialmente biométricas. Essas informações são cruzadas com outras que constam na base do governo.

PRÉDIO 00 **INSS**: comprovação

INSS libera comprovação de vida

Até 31 de dezembro a falta de comprovação de vida dos beneficiários do **INSS** não vai acarretar bloqueio ou suspensão do benefício, conforme nova portaria. Deve fazer prova de vida quem recebe aposentadoria, pensão por morte e benefícios por incapacidade. Além da orientação para não bloquear o benefício até o fim do ano, muda o período da contagem de 10 meses para a comprovação. Em vez de a contagem valer a partir do aniversário do segurado, passa a contar a partir da data da última atualização do benefício.

A comprovação da prova de vida pode ser feita de forma presencial, no balcão de atendimento do órgão pagador ou nos terminais de autoatendimento do banco pagador, e também pelo aplicativo "gov.br" por meio de reconhecimento facial.

De acordo com as novas regras, para evitar a suspensão de benefícios de forma indevida o **INSS** receberá dados de outros órgãos públicos federais, preferencialmente dados biométricos.

Essas informações são cruzadas com outras que estão na base do governo.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=11024>

INSS suspende bloqueio de benefício por falta de prova de vida

O Ministério da **Previdência Social** decidiu que, até 31 de dezembro de 2024, a falta de comprovação da prova de vida dos beneficiários do **INSS** não vai acarretar no bloqueio ou suspensão do benefício. A portaria já foi publicada no Diário Oficial da União. Devem fazer a prova de vida quem recebe benefícios como aposentadorias, pensões por morte e benefícios por incapacidade.

Além da orientação para o não bloqueio dos benefícios sem prova de vida até o final desse prazo, a portaria muda o período da contagem de 10 meses para a comprovação.

Ao invés de a contagem valer a partir da data de aniversário do segurado, ela passa a contar a partir da data da última atualização do benefício ou mesmo da última prova de vida.

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-03-20%2021:27:34.pdf>

INSS suspende prova de vida até 31 de dezembro

Deve fazer a prova quem recebe aposentadoria, pensão por morte e por incapacidade

O Ministério da **Previdência Social** decidiu que, até 31 de dezembro de 2024, a falta de comprovação da prova de vida dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) não vai acarretar no bloqueio ou suspensão do benefício. A portaria já foi publicada no Diário Oficial da União.

Devem fazer a prova de vida quem recebe benefícios como aposentadorias, pensões por morte e benefícios por incapacidade.

Além da orientação para o não bloqueio dos benefícios sem prova de vida até o fim desse prazo, a portaria muda o período da contagem de 10 meses para a comprovação. Ao invés de a contagem valer a partir da data de aniversário do segurado, ela passa a contar a partir da data da última atualização do benefício ou mesmo da última prova de vida.

A comprovação da prova de vida pode ser feita de forma presencial - no balcão de atendimento do órgão pagador ou nos terminais de autoatendimento do banco pagador -; e também de forma digital pelo aplicativo Gov.br, através do reconhecimento facial.

De acordo com as novas regras, para evitar a suspensão de benefícios de forma indevida, o **INSS** receberá dados de outros órgãos públicos federais, preferencialmente biométricos. Essas informações são cruzadas com outras que constam na base do governo.

Em fevereiro, o instituto informou que mais de 4 milhões de beneficiários estavam sendo convocados para realizar a prova de vida.

JULGAMENTO O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou mais uma vez, ontem, a retomada do julgamento sobre a revisão da vida toda de aposentadorias do **INSS**.

O processo que trata do tema estava na pauta de julgamentos de ontem, mas não foi chamado.

A sessão foi dedicada ao julgamento de processos que tratam do combate a queimadas no Pantanal. A nova data ainda não foi confirmada.

A Corte vai decidir se haverá alterações na decisão do próprio tribunal, que, em 2022, reconheceu a revisão da vida toda e permitiu que aposentados que entraram na Justiça possam pedir o recálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida.

Apesar da decisão, a revisão ainda não é aplicada devido a um recurso do **INSS**. O órgão quer restringir os efeitos da validade da revisão.

O **INSS** quer excluir a aplicação da revisão a benefícios previdenciários já extintos, decisões judiciais que negaram direito à revisão conforme a jurisprudência da época e proibição de pagamento de diferenças antes de 13 de abril de 2023, data na qual o acórdão do julgamento do STF foi publicado.

O último andamento do processo ocorreu no dia 1º de dezembro do ano passado, quando o ministro Alexandre de Moraes interrompeu o julgamento do recurso no plenário virtual da Corte. Com a decisão, o julgamento foi suspenso e terá continuidade na modalidade presencial.

Até o momento, os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, que votou antes da aposentadoria, e Cármen Lúcia votaram para estabelecer como marco para o recálculo o dia 17 de dezembro de 2019, data na qual o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu o mesmo direito de revisão ao segurado do **INSS**.

Os ministros Cristiano Zanin, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso votaram pela anulação da decisão do STJ. (Agência Brasil)

Site: <https://dp.presslab.com.br/20240321/>

Bloqueio de benefício por falta de prova de vida é suspenso pelo INSS

O Ministério da **Previdência Social** decidiu que, até 31 de dezembro de 2024, a falta de comprovação da prova de vida dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) não vai acarretar no bloqueio ou suspensão do benefício. A portaria já foi publicada no Diário Oficial da União.

Deve fazer a prova de vida quem recebe benefícios como aposentadorias, pensões por morte e benefícios por incapacidade.

Além da orientação para o não bloqueio dos benefícios sem prova de vida até o fim desse prazo, a portaria muda o período da contagem de dez meses para a comprovação.

Ao invés de a contagem valer a partir da data de aniversário do segurado, ela passa a contar a partir da data da última atualização do benefício ou mesmo da última prova de vida.

A comprovação da prova de vida pode ser feita de forma presencial - no balcão de atendimento do órgão pagador ou nos terminais de autoatendimento do banco pagador - e também de forma digital pelo aplicativo Gov.br, através do reconhecimento facial.

De acordo com as novas regras, para evitar a suspensão de benefícios de forma indevida, o **INSS** receberá dados de outros órgãos públicos federais, preferencialmente biométricos.

Essas informações são cruzadas com outras que constam na base do governo.

Em fevereiro, o instituto informou que mais de 4 milhões de beneficiários estavam sendo convocados para realizar a prova de vida.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-21-03-2024/>

Governo quer negociar com motociclistas de aplicativo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou, no início do mês, um projeto de lei (PL) para regulamentar o trabalho de motoristas de aplicativo. O texto, entretanto, não abarca entregas executadas por motociclistas. O plano do governo federal é retomar a mesa de negociação para, na sequência, apresentar um projeto de lei que trate especificamente dessa categoria.

A informação foi dada ontem pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

"Não foi o governo quem fez o projeto de lei. O projeto de lei é um resultado de uma mesa tripartite onde o governo coordenou, mas quem de fato negociou foram os trabalhadores e os empregadores", disse. "Se o governo fizesse o projeto que achasse o mais perfeito, mas não houvesse diálogo com os trabalhadores e empregadores, seguramente haveria oposição deles no decorrer da tramitação desse projeto no Congresso Nacional e, portanto, dificuldade de aprovação", ponderou.

"Inicialmente, as empresas de plataformas de entrega de mercadorias também concordaram com os conceitos, mas na hora em que chegou na valoração desses conceitos, as plataformas de entrega acabaram praticamente rompendo esse processo de negociação.

Então, não é culpa do governo, da bancada de trabalhadores.

Responsabilizo integralmente as empresas de plataforma de entregas, elas precisam voltar à mesa", completou.

Em entrevista a emissoras de rádio no programa Bom Dia, Ministro, Marinho destacou que as plataformas de entrega que utilizam serviços de motociclistas não concordam com o patamar de contribuição definido pelo governo. "Estabelecemos como um padrão mínimo aceitável do ponto de vista da sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro e também da proteção e remuneração ao trabalho. E é isso que está em discussão em relação a entregas", ressaltou.

"O projeto de lei, portanto, abarca e dá cobertura tão somente para transporte de pessoas em veículos quatro rodas. Espero que o Congresso tenha - e tenho

certeza de que terá - a sensibilidade para avaliar a escuta das lideranças que participaram da mesa, trabalhadores e empregadores, para aprovar o projeto. Na sequência, temos que transitar no Congresso Nacional um projeto de proteção aos trabalhadores e motociclistas, todo o segmento de entrega." "Vamos, sim, iniciar uma nova rodada de conversa com as empresas, vamos chamar, vamos fraquear essa possibilidade.

Para ver se é tão real quanto eles têm falado que topam negociar", concluiu o ministro.

Motoristas - Negociação entre patrões e trabalhadores via acordos coletivos, inclusão obrigatória na **Previdência Social** e valor mínimo de remuneração são algumas das mudanças que podem ser consolidadas por meio do projeto de lei que regula a atividade de motorista de aplicativos sobre quatro rodas enviado pelo governo ao Congresso Nacional.

Como o texto ainda vai ser analisado por deputados e senadores, o PL pode sofrer modificações em relação ao que foi assinado pelo presidente.

A estimativa é que a lei deva impactar pelo menos 704 mil motoristas de aplicativos de quatro rodas, segundo o último levantamento sobre a categoria feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Atualmente, os motoristas não sabem quais os critérios usados para a própria avaliação, nem como é definida a remuneração pelo trabalho. "Os(as) trabalhadores(as) em aplicativos estão submetidos(as), ainda, a uma avaliação rígida, sem direito a interferir nos critérios de avaliação e sem direito à contestação", informou o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-21-03-2024/>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5

Publicado em 21/03/2024 - 06:48
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quinta-feira (21) a parcela de março do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 5.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 679,23. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,89 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,15 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 270 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas

pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 100 mil de famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 3,21 milhões de famílias foram incluídas no programa desde março do ano passado. Segundo a pasta, isso se deve à estratégia de busca ativa.

Regra de proteção

Cerca de 602 mil famílias estão na regra de proteção em março. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,49.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em abril.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-03/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-5>

Bloqueio no Orçamento deve ficar próximo a R\$ 3 bi

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve fazer um bloqueio próximo a R\$ 3 bilhões nos gastos de custeio e investimentos dos ministérios para evitar um estouro no limite de despesas previsto no novo arcabouço fiscal. O cenário inicial era de uma trava entre R\$ 5 bilhões e R\$ 15 bilhões, mas a economia de recursos com a revisão de gastos do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) gerou um fôlego um pouco maior do que vinha sendo esperado.

Segundo técnicos do governo, o Executivo vai incorporar uma redução de R\$ 10,9 bilhões com a revisão dos benefícios previdenciários.

O efeito líquido será um pouco menor, mas ainda acima dos R\$ 10 bilhões, porque uma parcela desse valor será reservada para investimentos em tecnologia no **INSS** para ajudar nas ações de combate a fraudes. Outras despesas obrigatórias também foram reduzidas nas novas projeções, e o saldo conjunto dessas alterações contribuiu para diminuir a necessidade de segurar gastos dos ministérios.

diferença. O bloqueio ocorre quando as despesas obrigatórias sobem, o que demanda uma contenção das discricionárias, que incluem custeio e investimentos públicos, para manter o montante total dentro do limite de gastos do arcabouço.

Não se trata de um contingenciamento, outra modalidade de trava usada quando a meta de resultado primário está em risco. Com a alta de arrecadação no início do ano, o cenário fiscal mais benigno permitirá ao governo divulgar o primeiro relatório de avaliação do Orçamento amanhã sem necessidade de contingenciamento.

O ganho com a revisão do **INSS** foi um ponto-chave para a definição do valor do bloqueio para acomodar o crescimento das despesas obrigatórias.

Técnicos trabalhavam para mostrar que a revisão dos gastos da Previdência chegaria a pelo menos R\$ 10 bilhões, o que foi plenamente alcançado. Uma nota técnica foi elaborada para fundamentar a projeção - trata-se de exigência do Tribunal de Contas da União (TCU), que costuma analisar no detalhe as premissas utilizadas nas estimativas.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

IA: TSE aprova normativa para regulamentar propaganda eleitoral

Correio Braziliense

Por André Macedo de Oliveira e Pedro Aurélio Azevedo Lustosa - Na última semana de fevereiro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicou uma série de resoluções para o pleito eleitoral de 2024. Dentre os diversos temas abordados, chama atenção o cuidado investido na temática da inteligência artificial (IA) e dos seus impactos sobre o convencimento da população.

Seja por meio de chatbots potencializados com o uso da IA generativa, seja por deepfakes compartilhados de forma massificada em redes sociais, o cenário atual não deixa espaço para cogitar uma futura disputa eleitoral em que as ferramentas de IA deixem de ter um papel fundamental no resultado.

É pensando nisso que o TSE aprovou o normativo que altera a Resolução-TSE nº 23.610/2019, dispondo sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral. Um dos principais destaques da nova resolução é a abordagem do papel do TSE na regulação da utilização de ferramentas tecnológicas nas eleições municipais.

O seu texto final ainda não foi publicado, mas o objetivo geral é enfatizar a proibição da utilização enganosa de conteúdos produzidos por IA. Em outra lente, há permissivo para o uso dessas ferramentas no auxílio da apresentação de ideias e propostas de campanha durante o pleito eleitoral.

A norma, portanto, impõe as primeiras regras do jogo para utilização de ferramentas de IA, com o cuidado especial de frustrar a propagação de informações e mídias adulteradas - ou mesmo inteiramente artificiais - que possam comprometer os contornos democráticos da república.

De um lado, há notícia da aplicação ampla de ferramentas de IA até mesmo nos tribunais superiores. Seu uso está presente nas atividades administrativas de gestão interna (chatbots para funcionamento de fóruns) e de suporte à prestação jurisdicional (o sistema Athos do STJ se presta a identificar possíveis processos com teses idênticas ou já afetadas, assim como apontar novos paradigmas para estabelecimento de temas repetitivos).

Observa-se também o uso dessas ferramentas nas atividades de classificação, triagem e elaboração de decisões (o sistema Victor do STF tem como função realizar a separação e a classificação de peças judiciais, além de identificar os principais temas de repercussão geral no acervo do tribunal; de forma similar, o projeto Sócrates do STJ é usado para realização de triagem dos processos, apoio nas análises dos casos e auxílio na seleção de casos representativos de controvérsia).

Nesses órgãos, a IA é empregada precipuamente com o objetivo de interpretar um grande volume de conteúdo, de modo a refinar os dados para uma apuração mais detalhada pelo respectivo tribunal. Essa análise em nível mais qualitativo, vale dizer, é realizada pelos **servidores públicos**. O olhar atento dos julgadores e servidores não poderá ser substituído pelas facilidades da IA. A máquina não poderá substituir a razão e a sensibilidade do julgador.

De outro lado, ao considerar o tema das fake news, percebe-se que o Poder Judiciário enfrenta importante desafio ao ser confrontado com a fluidez e dinamicidade da troca de dados vivenciada no Século XXI. Esse diagnóstico, em verdade, agrava-se com o potencial das ferramentas de IA em causar aceleração exponencial da criação de dados para compartilhamento, o que resulta em maiores dificuldades para a identificação do uso indevido dessas ferramentas.

É justamente por isso e pela ausência de legislação específica que o TSE assume protagonismo ao delinear as novas regras para utilização das ferramentas de inteligência artificial nos pleitos eleitorais.

Segundo os ministros, trata-se de uma das normas mais modernas do mundo em relação ao combate ao uso ilícito da inteligência artificial, garantindo instrumentos eficazes para combater o desvirtuamento dessas ferramentas.

Também defenderam que, dentre os normativos para o próximo pleito, a norma em questão é fundamental e representa a mais importante resolução para garantir a total liberdade do eleitor de escolha e liberdade de votação.

Em sentido similar à norma aprovada pelo TSE, entendemos que a IA não deve ser objeto de proibições massivas ou condenações generalistas. Fato é que se trata de ferramenta importante e, vale admitir, inexpugnável no cenário atual. É necessário, contudo, impedir seu uso indevido e evidenciar as instâncias em que será utilizada, ainda que em boa-fé, para o conhecimento da população.

Afinal, o voto é provavelmente o grande alicerce da democracia, ao igualar os desiguais, ainda que em poucas oportunidades periódicas de manifestação de sua vontade. Ao lado de outros instrumentos de controle e participação popular, o voto é o oxigênio do Estado Democrático de Direito.

No âmbito de uma sociedade cada vez mais plural e diversificada, a busca do equilíbrio entre a unidade do coletivo e o respeito à individualidade de cada um dos seus cidadãos, ganham significados cada vez mais complexos e desafiadores. O mais atual desses desafios é o balizamento da utilização e da propagação de ferramentas de IA nos pleitos eleitorais deste ano.

A integração das ferramentas de IA generativa, por meio de chatbots ou da geração de imagens e vídeos inteiramente artificiais, e a difusão dos deepfakes ressaltam a máxima: desconfie. Pense antes de enviar. Pesquise a veracidade!

Consultório jurídico

Quando passa a valer a decisão do STF sobre licença-maternidade para mães não gestantes? Como as mulheres devem agir para fazer valer esse direito?

Em se tratando de decisão em recurso extraordinário com repercussão geral, não havendo modulação, passa a valer a publicação da ata do julgamento conforme artigo 1.035, parágrafo 11, CPC. Ou seja, já está em vigor, uma vez que a ata foi publicada nesta terça-feira (19/03).

O salário-maternidade deve ser solicitado diretamente ao **INSS**, atualmente pode ser realizado on-line (**Meu INSS**). Importante também comunicar formalmente ao empregador já que poderá haver o afastamento do trabalho da mãe não gestante. Vale lembrar que, de acordo com a posição firmada pelo Supremo Tribunal Federal, apenas uma mãe terá direito à licença maternidade (a outra o equivalente à licença paternidade).

André Macedo de Oliveira - Sócio das áreas de Tribunais Superiores e Direito Sancionador do BMA Advogados*

Pedro Aurélio Azevedo Lustosa Advogado das áreas de Tribunais Superiores e Direito Sancionador do BMA Advogados*

Site: <http://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2024/03/6820254-ia-tse-aprova-normativa-para-regulamentar-propaganda-eleitoral.html>

Estamos com as rédeas nas mãos , diz Tebet sobre contas públicas

Por Julia Duailibi

A um dia do anúncio de um bloqueio no Orçamento, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou ao blog que o governo está com o controle das contas públicas. "Estamos com as rédeas nas mãos", afirmou a ministra comemorando o fato de que o bloqueio ficará por volta de R\$ 3 bilhões.

O Planejamento deve anunciar nesta sexta-feira (22) quais ministérios sofrerão o bloqueio.

A expectativa do governo é chegar até o final do ano com a meta de déficit zero, o que integrantes do mercado questionam se será factível.

Com base dos resultados do bimestre, o governo prevê um déficit de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões, valores que estão dentro da banda do arcabouço.

O governo também trabalha com a possibilidade de ter um recurso extra de até R\$ 15 bilhões, referentes ao incremento real das receitas, previsto na nova regra fiscal.

Na quarta-feira (20), Tebet e Fernando Haddad se reuniram com Lula para informar que o bloqueio será menor que o previsto e que não haverá contingenciamento.

Como a despesa aumentou, com o crescimento dos gastos obrigatórios, o mecanismo acionado é o bloqueio. Esse aumento se deu principalmente por causa do **INSS** e das ações para diminuir a fila.

O governo, no entanto, comemora a receita, que após a adoção de medidas no final do ano passado, passou a apresentar melhor resultado.

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/julia-duailibi/noticia/2024/03/21/estamos-com-as-redeas-nas-maos-diz-tebet-sobre-contas-publicas.ghtml>

Plano de Carreira de servidores efetivos é aprovado por unanimidade

Em dia histórico, Câmara dos Vereadores aprova projeto de lei enviado pelo Poder Executivo que começa a valer ainda neste mês.

Na tarde desta quarta-feira (20), um marco histórico foi alcançado em Senador Canedo com a aprovação do Plano de Carreira para os **Servidores Públicos** Municipais. Após mais de 30 anos de espera, o projeto foi votado e aprovado em ambas as sessões na Câmara de Vereadores, seguindo agora para a sanção do prefeito Fernando Pellozo.

De acordo com o projeto de lei, todos os servidores serão enquadrados e terão progressão horizontal em seus cargos efetivos, com reajuste salarial de 3%, a cada três anos. Além disso, também foi aprovado o plano de carreira específico para os agentes da Guarda Civil Municipal, o que garante a valorização profissional destes servidores.

Elaine Silva, servidora efetiva na área da saúde, expressou sua gratidão com a aprovação do plano: "É o reconhecimento de nosso trabalho. A valorização do serviço prestado à cidade, aguardado há muitos anos e concretizado na gestão do prefeito Fernando Pellozo.

Só temos a agradecer e a comemorar este dia histórico." Para Irani Vieira, efetiva na área de segurança, a aprovação do plano veio em um momento crucial de sua carreira: "Cheguei a dar entrada no processo de aposentadoria, mas acabou não indo para frente. Acho que estava esperando o tempo certo, que é agora. Esse é um dia feliz, que eu vou lembrar como o dia em que meu trabalho foi reconhecido e valorizado", diz ela.

Além do reconhecimento, os servidores também aguardam com expectativa os acréscimos em seus salários, com previsão de serem pagos já neste mês de março, proporcionando não apenas um incentivo financeiro, mas também uma sensação de justiça e valorização por parte da administração municipal.

Com a aprovação deste plano, Senador Canedo dá um importante passo em direção à valorização de seus **servidores públicos**, reconhecendo o papel fundamental que desempenham no funcionamento e no desenvolvimento da cidade.

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-03-20%2021:27:34.pdf>

CNC entrega à Fazenda sugestões para regulamentação da reforma tributária - CAPITAL S/A

CAPITAL S/A

Dirigentes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) se reúnem hoje, em Brasília, com o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do governo federal, Bernard Appy. Eles entregarão um documento contendo sugestões de legislação aos 19 Grupos Técnicos criados pelo Ministério da Fazenda para elaborar os projetos de leis complementares que irão regulamentar a Emenda Constitucional (EC) 132. Promulgada em 20 de dezembro de 2023, ela revoga pelo menos cinco **impostos** e contribuições, centralizando a tributação em dois novos **tributos** principais, além de alterar uma série de outras regras.

Premissas

O documento **Reforma Tributária**: premissas e sugestões tem, segundo o presidente da CNC, José Roberto Tadros, duas importantes premissas: viabilizar que os direitos constitucionais não sejam restringidos durante o processo regulatório, evitando retrocessos e restrições, e garantir a implementação de um sistema simplificado e objetivo que facilite o cumprimento das obrigações fiscais pelas pequenas empresas.

Delmasso confirma aliança com Celina Leão

O secretário da Família e da Juventude do DF, Rodrigo Delmasso (Republicanos), perguntado pela coluna sobre seu futuro político, respondeu que tem duas possibilidades dele sair do partido: se a legenda não estiver com Celina Leão, do PP, nas próximas eleições para o Palácio de Buriti; e se sentir que não terá espaço no partido.

"Tenho uma aliança com Celina e também com Ibaneis", frisou.

"Minha chapa ideal para o GDF, em 2026, é Celina governadora; Ibaneis e Michele Bolsonaro para o Senado, e alguém do Republicanos para a vaga de vice-governador", afirmou Delmasso. Ele lembra que há três deputados federais do partido pelo DF que poderiam ocupar essa vaga: Júlio César, Fred Linhares e Gilvan Máximo. Já ele, gostaria de disputar

uma cadeira na Câmara dos Deputados.

Próximo ao setor produtivo

Apesar de ter sido o 10º candidato mais votado nas últimas eleições para distrital, não conseguiu a vaga devido ao quociente eleitoral insuficiente. Conquistou 23 mil votos, mas ficou de fora da Câmara Legislativa, onde exerceu mandato e foi vice-presidente. Na atuação parlamentar, Delmasso sempre esteve próximo ao setor produtivo do DF, principalmente no período da pandemia.

Encontro de parlamentares em defesa do comércio

A Frente Parlamentar de Comércio e Serviços (FCS) realizou, ontem, uma reunião-almoço com a presença do presidente da UNECS e da ABRAS, João Galassi, e de lideranças do grupo - como o deputado Domingos Sávio (PL/MG) e o senador Efraim Filho (União-PB). Participaram os presidentes das Comissão de Desenvolvimento Econômico e da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, os deputados Danilo Forte e Josenildo.

O objetivo do encontro foi discutir as pautas prioritárias do setor em ambas comissões. Uma delas é a proposição que altera a lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que "dispõe sobre a oferta e as formas de fixação de preços de produtos e serviços para o consumidor", para obrigar os fornecedores a expor preços de produtos também por unidade de medida.

Encontro internacional para fortalecer empresárias na indústria

A CNI vai sediar o Women Entrepreneur Forum (WE Forum) nos dias 25 e 26 de março, em Brasília. O evento é conhecido por promover o crescimento econômico das mulheres, missão que também faz parte do Mapa Estratégico da Indústria 2023-2032.

A terceira edição do encontro global reúne empresárias - líderes do Brasil e de outros países - para debater sobre igualdade de gênero, economia, tendências, inovação e instrumentos para inclusão de mulheres no empreendedorismo e no mundo

corporativo.

Lideranças femininas

A chefe do departamento de economia, finanças e contabilidade da Orel State University (Rússia), Liudmila Popova; a vice-presidente de estratégia e transformação para América Latina da Kraft Heinz, Carolina Wosiack; a presidente do Fórum Nacional da Mulher Empresária e do BRICS WBA Brasil, Monica Monteiro; a diretora de negócios da ApexBrasil, Ana Paula Repezza; e a diretora do BNDES, Natalia Dias são algumas das confirmadas no WE Forum deste ano. No site do Woman Entrepreneur Forum, tem a programação completa do evento e como se inscrever para participar on-line.

MP denuncia Jair Renan por lavagem de dinheiro

O Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) decidiu denunciar Jair Renan Bolsonaro, filho do ex-presidente, por crimes de lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e uso de documento falso. A investigação gira em torno da alegação de que ele teria usado um documento com informações inverídicas de sua empresa para conseguir um empréstimo bancário que não foi pago.

A informação foi divulgada pelo jornal "O Globo" e confirmada por O TEMPO Brasília. As suspeitas recaem sobre uma declaração de um faturamento de R\$ 4,6 milhões da Bolsonaro JR Eventos e Mídia, entre julho de 2021 e julho de 2022. Além do filho 04 do ex-presidente, a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) havia indiciado, em março deste ano, o instrutor de tiros Maciel Alves de Carvalho, que é amigo de Jair Renan e sócio da empresa de eventos.

O documento da empresa, que tem uma suposta assinatura de Jair Renan, foi apreendido na casa do ex-assessor do filho do ex-presidente durante uma operação deflagrada em novembro do ano passado pela Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Ordem Tributária. Ele nega que tenha assinado os documentos.

Jair Renan e outras três pessoas são acusadas de formar uma associação criminosa para obter vantagens financeiras a partir da inserção de informações falsas em documentos que eram usados para fins diversos, como abrir contas, conseguir empréstimos e sonegar **impostos**.

A declaração de faturamento da Bolsonaro JR Eventos e Mídia, segundo a investigação, foi apresentada como forma de conseguir a liberação de um empréstimo bancário, que não foi quitado até hoje. No total, foram três empréstimos obtidos pela empresa: o primeiro, de RS 157 mil, o segundo, de RS 250 mil, e o terceiro, de RS 291 mil.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

BC sinaliza freio no ritmo da taxa Selic

» ROSANA HESSEL

Apesar das pressões do setor produtivo para maiores cortes nos juros, o Banco Central manteve a cautela tradicional e sinalizou que poderá reduzir a magnitude do ritmo de redução da taxa básica da economia (Selic) nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom).

Na segunda reunião do ano, o colegiado decidiu, ontem, por unanimidade, reduzir a Selic em 0,50 ponto percentual pela sexta vez consecutiva, de 11,25% para 10,75% ao ano. Apesar do corte, o Brasil continua no ranking dos maiores juros reais (descontada a **inflação**) do mundo, atrás apenas do México (ver quadro).

Além de mostrar maior preocupação com o cenário externo, devido às incertezas sobre a redução de juros em vários países, pelo fato de a **inflação** ainda demonstrar resistência para voltar para a meta, o Copom mudou a narrativa dos comunicados anteriores e não deixou uma sinalização futura (forward guidance) para as próximas reuniões. No texto, retirou o plural, deixando a janela aberta para corte do mesmo tamanho apenas para a próxima reunião, em meio ponto, o que fez alguns analistas cogitarem a Selic no fim de 2024 acima da mediana das previsões do boletim Focus, do Banco Central, de 9% ao ano, chegando, em alguns casos, até a 10% ao ano.

"Os membros do Comitê, unanimemente, optaram por comunicar que anteveem, em se confirmando o cenário esperado, redução de mesma magnitude na próxima reunião", informou o **comunicado** do Banco Central, após o término do segundo dia do Copom. Segundo o documento, "essa é a condução apropriada para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário", ou seja, com juros reais (descontada a **inflação**) acima do nível neutro (que não interfere na atividade econômica), taxa que varia entre 4,5% e 5%, dependendo das projeções do mercado.

O economista Tony Volpon, ex-diretor do Banco Central e professor adjunto da Georgetown University, em Washington, recorda que o Copom "puxou o freio" no **comunicado** no mesmo dia em que o Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) decidiu manter o intervalo de juros básicos entre 5,25% e 5,50%. Ele alertou para os riscos inflacionários dos EUA em pleno ano eleitoral, que podem, inclusive, fazer com que o Fed aumente os

juros em vez de reduzir. "O mercado comprou muito a tese do pouso suave aqui, e está totalmente comprado. Mas estou vendo um cenário de riscos que estão sendo sub precificados e não parecem estar no radar dos gestores de política econômica em vários países. Não é uma crítica que eu faço ao Brasil, especificamente.

Ninguém está pensando nisso", alertou Volpon. Ele não descarta que as projeções para a Selic no fim do ano aumentem.

"A Selic terminal está mais perto de 10% anuais, entre 9,50% e 9,75%", afirmou.

Decisão esperada Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, lembrou que a decisão do Copom não surpreende, pois a única dúvida era se haveria mudança no forward guidance da política monetária para buscar o centro da meta de **inflação** de 3% neste ano e no próximo. "Foi o que aconteceu. A partir de agora, as decisões são apenas sobre a próxima reunião, não ampliando para frente. Faz sentido, pois os riscos permanecem elevados no fiscal e na **inflação** de serviços e a **inflação** segue desancorada da meta, em 3,8%, em 2024, e em 3,5%, em 2025", explicou.

"A decisão confirma nossa expectativa de a Selic chegar a 9,25% no fim do ano. Até lá, vão ser poucas novidades vindas do BC. A maior incerteza virá no segundo semestre", acrescentou.

Na avaliação de Julio Hegedus, economista-chefe da Mirae Asset, ao abandonar o plural na sinalização futura, o Copom "passou a seguir a estratégia do Fed, de reunião a reunião".

William Jackson, economista-chefe de Mercados Emergentes da Capital Economics, a mudança da orientação futura do Copom apoia a tese de que o ciclo de flexibilização dos juros vai desacelerar para cortes de 0,25 ponto percentual "em breve", mais provavelmente na reunião de junho. Portanto, "a taxa Selic não será reduzida tanto quanto a maioria espera este ano". Ele considera "altamente provável" outro corte na Selic de 50 pontos-base na próxima reunião do Copom, em maio, para 10,25% e acredita que "a mudança na orientação futura não exclui outro corte de 50 pontos-base na reunião subsequente, em junho".

Contudo, Jackson reconheceu que, com o mercado de

trabalho mais aquecido, a **inflação** de serviços deve continuar elevada, e, por conta disso, o Copom poderá escolher mais cortes de 0,25 ponto percentual. Ele manteve a previsão para a Selic em 9,5% no fim do ano.

De acordo com Daniel Cunha, estrategista-chefe da BGC Liquidez, o mercado deverá fazer ajustes marginais para cima nas projeções futuras dos juros, a partir de hoje, após a sinalização do Copom em mudar a narrativa de orientação para os próximos cortes. "Apesar de o cenário-base não ter se alterado de maneira significativa, a autoridade monetária entende que a incerteza aumentou, o que demanda uma maior flexibilidade na condução da política monetária. Mantemos nosso cenário-base de mais duas reduções de 0,50 ponto percentual e uma final de 0,25 ponto com a Selic terminal em 9,5%", completou.

"Estou vendo um cenário de riscos que estão sendo subprecificados e não parecem estar no radar dos gestores de política econômica em vários países" Tony Volpon, ex-diretor do BC e professor adjunto da Georgetown University

Governo diz que tem solução para dívidas dos estados

» **RAFAELA GONÇALVES**

A proposta de um novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para que os estados renegociem suas dívidas com a União deve ser apresentada pelo governo até a próxima semana. De acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já aprovou os termos elaborados pela pasta e há uma reunião pré-agendada com os governadores na próxima terça-feira.

A afirmação foi feita após um encontro com o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, que enfrenta dificuldades para acertar as contas no cofre estadual.

"Esta é a quarta reunião que a gente faz sobre a questão da dívida com o presidente. Na semana que vem, nós vamos ter uma reunião para apresentar a proposta da reunião com os governadores.

Já tem o aval do Lula", disse o ministro.

Desde o ano passado, governadores do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), grupo que reúne chefes das administrações estaduais dessas regiões, tentam encontrar uma alternativa para o regime. Dos sete estados que compõem o consórcio, ao menos três têm problemas envolvendo a dívida com a União.

Durante o encontro, que contou com a presença de Lula, o governador do Rio comunicou a intenção do estado de ingressar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para rediscutir a dívida. Segundo Castro, o presidente pediu que ele aguardasse a reunião de Haddad com os demais governadores. "Ele [Haddad] levou a nossa proposta inicial para tentar, junto com as propostas que ele vai apresentar, agregar aquilo que o Rio de Janeiro já pleiteia. Então, ficamos de esperar até o dia 26 para que a gente tente, em mais uma rodada de negociação, colocar aquilo que o Rio de Janeiro entende como justo", disse.

A principal queixa se relaciona ao impacto sobre o caixa dos estados dos juros cobrados pelas dívidas junto à União.

Atualmente, boa parte das dívidas contraídas pelas Unidades da Federação está atrelada à taxa básica de

juros (Selic), ou ao patamar de 4% reais - ou seja, descontada a **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A proposta apresentada pelo Cosud foi de correção fixa de 3% ao ano, no entanto, a alternativa é considerada inviável pela equipe econômica, que não quer abrir mão de um índice de **inflação** para corrigir os débitos.

Só este ano, o Rio de Janeiro tem que pagar à União R\$ 9,4 bilhões.

Segundo o governo do estado, a dívida estava em R\$ 188 bilhões no fim de 2023. Do total, R\$ 157 bilhões eram de débitos com a União, enquanto os outros R\$ 31 bilhões são de operações financeiras com bancos, por exemplo, das quais o governo federal é garantidor.

Dívida dos estados: Haddad diz que entrega proposta semana que vem

VICTORIA ABEL E GABRIEL SABÓIA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o projeto de lei de renegociação de dívidas dos estados já teve o aval do presidente Lula e será apresentado aos governadores na semana que vem. Uma reunião está pré-agendada para o dia 26.

-Semana que vem vamos apresentar a proposta aos governadores. Dia 26 já está pré-agendada a reunião com os governadores. Já teve aval de Lula (o projeto de lei) -disse.

Haddad se reuniu com o governador do Rio, Cláudio Castro, que enfrenta dificuldades para acertar as dívidas com a União e equilibrar as contas no cofre estadual. O ministro já se encontrou com governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas, do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e de Minas Gerais, Romeu Zema.

CASTRO AGUARDA PROPOSTA

Como mostrou O GLOBO, a Fazenda aceita negociar, mas não abre mão de um índice de **inflação** como o IPCA para corrigir a dívida dos estados. Governadores do Sul e do Sudeste haviam acenado com proposta de correção fixa de 3% ao ano, o que auxiliares de Lula consideraram inviável.

O modelo atual de correção é feito com IPCA acrescido de juros de 4% ou pela Taxa Selic.

Após o encontro, o governador do Rio disse que vai esperar até a próxima semana para decidir se ingressará com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pela renegociação da dívida dos estados e por alterações no Regime de Recuperação Fiscal: - Precisamos discutir a dívida e a necessidade de revisão do regime fiscal. O presidente me pediu para esperar um pouco até ingressar com uma ação e aguardaremos até o dia 26 para ver se somos atendidos com aquilo que já pleiteamos. Queremos, sim, uma tentativa de acordo.

Para flexibilizar a correção das dívidas, o governo deve exigir contrapartida. O que se discute é que os governadores sejam obrigados a aplicar sobras orçamentárias da renegociação em investimentos

estruturais no estado. O objetivo é evitar que os recursos sejam gastos em ações como alta de gastos com pessoal.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tesouro quer manter juro real em renegociação de dívida de Estados

BIANCA LIMA MARIANA CARNEIRO ANNA CAROLINA PAPP BRASÍLIA

O Tesouro Nacional está levando em consideração três premissas principais na renegociação em curso da dívida dos Estados: correção dos débitos com juros reais (a **inflação** mais um percentual), sem gerar prejuízos ao caixa da União; contrapartidas à população, com foco em investimentos estratégicos; e criação de condições para um ajuste estrutural das finanças estaduais. "A gente compreende a necessidade de se fazer alguma sinalização (aos governadores). O ministro (Fernando Haddad) acha razoável, vê com bons olhos, mas com cuidado", afirmou o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, em entrevista ao Estadão.

"Primeiro, não pode ter impacto fiscal. Trabalhar alguma coisa na linha de juros reais é possível, estamos trabalhando, mas com uma lógica que faça sentido para a sociedade.

Não pode ser reduzir (o indexador da dívida) por reduzir", destacou. A informação de que o projeto deverá prever indexação pelo IPCA mais um adicional foi antecipada pelo Estadão/Broadcast na terça-feira.

O principal pleito dos Estados é pela alteração no indexador das dívidas com a União, atualmente corrigidas pela Selic, a taxa básica de juros da economia, ou pela **inflação** mais 4%. Governadores do Sul e Sudeste chegaram a sugerir uma taxa fixa, de 3% ao ano, que acompanhasse o crescimento de longo prazo da economia brasileira.

A reclamação é de que os débitos, da forma como são corrigidos hoje, crescem em ritmo superior ao desempenho da economia e da arrecadação, gerando obrigações que consomem a capacidade de investir desses entes. São Paulo, por exemplo, segundo dados apresentados pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), paga cerca de R\$ 20 bilhões anualmente em serviço da dívida, hoje avaliada em R\$ 279 bilhões.

Ontem, depois de participar de reunião no Palácio do Planalto, Haddad afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já deu aval à proposta do governo para a revisão dos critérios de indexação da dívida, e que a alternativa do Executivo será apresentada aos

governadores na próxima terça-feira.

Também participou da reunião o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), que ameaça recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). Castro afirmou ter ouvido de Lula o pedido para esperar pela proposta do governo, na próxima terça.

"RACIONALIDADE". Ao ser questionado sobre a possibilidade de uma correção apenas nominal (sem levar em conta a **inflação**) dos débitos, como defenderam governadores do Sul e Sudeste, o secretário afirmou que a proposta "não faz sentido".

"Uma coisa que é importante é ter racionalidade. Precisa ter uma lógica que você consiga explicar para a sociedade o porquê daquilo. Mas faz parte, pedir é livre", disse.

Para Ceron, a proposta a ser apresentada será um "ganha-ganha".

"Estou seguro de que a sociedade entenderá como um benefício grande ao País e, inclusive, uma medida que permitirá um ajuste estrutural dos Estados.

Não será mais do mesmo." Além da mudança na correção dos débitos, o Tesouro avalia a possibilidade de os governadores usarem ativos, como empresas, para abater o saldo devedor. "Pelo valor justo, é uma troca patrimonial. Não é um problema para o Tesouro, não tem nenhuma perda", destacou Ceron. Ele pondera, porém, que é necessária autorização legal para isso.

No fim do ano passado, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chegou a propor a Lula a federalização das estatais mineiras Cemig (energia elétrica), Copasa (saneamento básico) e Codemig (exploração de nióbio), com o objetivo de abater a dívida de Minas Gerais, que hoje soma R\$ 160 bilhões.

Em situação fiscal delicada, o Estado negociou com a União a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o qual suspenderia o pagamento da dívida por um período de nove anos mediante contrapartidas de equilíbrio das contas públicas.

Para isso, porém, o governador Romeu Zema (Novo)

precisa do aval da assembleia legislativa, o que ainda não ocorreu.

Questionado se o projeto de renegociação também trará mudanças no RRF, Ceron disse que isso ainda está em avaliação. "Estamos discutindo se, nessa combinação, continua fazendo sentido ou não", afirmou. Atualmente, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas e Goiás integram o regime.

Pedido Governadores do Sudeste e do Sul sugerem uma taxa fixa de 3% ao ano atrelada ao crescimento da economia

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Copom reduz selic para 10,75% e sinaliza outro corte de 0,5

Brasília - O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu ontem a taxa básica de juros (Selic) em mais 0,5 ponto percentual, de 11,25% para 10,75% ao ano. Em decisão unânime, o colegiado do BC também alterou a comunicação sobre os seus próximos passos e sinalizou um corte da mesma intensidade apenas na próxima reunião. Isso significa que o comitê prevê uma nova redução de 0,5 ponto somente no encontro agendado para maio, deixando de se comprometer com a magnitude dos movimentos depois disso. Dessa forma, o Copom ganha mais liberdade para mudar o ritmo de cortes à frente.

A orientação dada pelo Copom sobre o ritmo de queda da Selic foi alterada com a retirada do plural no trecho do **comunicado** que era aguardado com grande expectativa pelo mercado financeiro. "Em função da elevação da incerteza e da conseqüente necessidade de maior flexibilidade na condução da política monetária, os membros do comitê, unanimemente, optaram por comunicar que anteveem, em se confirmando o cenário esperado, redução de mesma magnitude na próxima reunião", escreveu o colegiado.

Na avaliação do comitê, essa é a condução apropriada para manter a política monetária contracionista - que busca desacelerar o crescimento da economia - no processo de redução da **inflação**. As palavras "cautela", "moderação" e "serenidade" continuaram fazendo parte do repertório do **comunicado**. "O comitê avalia que as conjunturas doméstica e internacional estão mais incertas, exigindo cautela na condução da política monetária", afirmou. Esse discurso pode sinalizar uma possível redução de ritmo a partir de meados do ano. O Copom, contudo, reiterou que a magnitude total do ciclo de flexibilização de juros ao longo do tempo dependerá da evolução da trajetória da **inflação**, dentre outros fatores.

Dessa forma, o Copom manteve o ritmo de cortes aplicado desde o início da flexibilização de juros iniciada em agosto do ano passado. Até agora, já foram seis reduções consecutivas na mesma intensidade de 0,5 ponto percentual. Com isso, a Selic chegou ao menor patamar desde fevereiro de 2022, quando a taxa básica estava fixada em 9,25% ao ano. A decisão veio em linha com a expectativa unânime dos economistas. Levantamento feito pela Bloomberg mostrou que o corte de 0,5 ponto percentual na taxa

básica era a projeção consensual do mercado financeiro.

Para Andrea Damico, economista-chefe da Armor Capital, a mudança no "forward guidance" [orientação futura] não significa uma alteração no plano de voo do colegiado do BC no curto prazo. Ela espera que o ritmo atual seja mantido em mais duas ou três ocasiões e projeta que, ao término do ciclo, a Selic atinja 8,75% ao ano. Por ora, não pretende revisar seu cenário.

"A gente acredita que ele [Copom] vai continuar nesse pace [ritmo] de 50 [0,5 ponto percentual], porque a gente vê a **inflação** [cheia] retomando a tendência de desinflação de serviços subjacentes e de núcleos [que retiram da análise itens mais voláteis para observar melhor a tendência de preços]." Uma eventual desaceleração de cortes da Selic é esperada pela economista apenas no fim do ciclo. Na visão dela, isso não acontecerá em junho porque os juros ainda estão em um patamar bastante restritivo (acima da taxa de juros neutra, aquela que não estimula nem desestimula a economia).

Damico tem expectativa de que na ata, que será divulgada na próxima terça-feira (26), os membros do colegiado qualifiquem quais são as incertezas observadas tanto no cenário doméstico quanto no internacional, sobretudo pelo fato de não ter alterado a mensagem no balanço de riscos para a **inflação**. Nele, o colegiado do BC continuou com a avaliação de que permanecem fatores em ambas as direções.

Entre os motivos que puxariam os preços para cima, mencionou maior persistência das pressões inflacionárias globais e maior resiliência na **inflação** de serviços do que a projetada em função do hiato do produto [margem que a atividade tem para crescer até atingir sua capacidade máxima] mais apertado. Na direção contrária, entre os riscos de baixa, o comitê citou desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a estimada e os possíveis impactos do aperto monetário sincronizado sobre a desinflação global.

Nas últimas semanas, os dados mostraram um cenário de atividade econômica mais forte. Também persistem dúvidas quanto à trajetória da **inflação** de serviços subjacentes - que refletem a dimensão de alta de

preços relacionada ao mercado de trabalho e a reajustes salariais. Além disso, houve aumento de incerteza quanto ao início do ciclo de redução de juros nos Estados Unidos - o que poderia recomendar maior cautela do BC na condução da política monetária doméstica.

4,5% FOI O IPCA ACUMULADO EM 12 MESES ATÉ FEVEREIRO

Site: <https://digital.em.com.br>

Taxa é reduzida para 10,75%

Pela sexta vez seguida, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu a taxa Selic em 0,50 ponto percentual nesta quarta-feira. Os juros básicos da economia caíram de 11,25% para 10,75% ao ano, em decisão unânime dos nove membros do colegiado - inclusive, dos quatro indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que voltou recentemente à ofensiva contra o presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Em **comunicado**, o Copom informou que deverá fazer apenas mais uma redução de 0,5 ponto na próxima reunião, em maio, o que aumenta a chance de a autoridade pausar o ciclo de cortes a partir de junho.

"Em função da elevação da incerteza e da consequente necessidade de maior flexibilidade na condução da política monetária, os membros do Comitê, unanimemente, optaram por comunicar que anteveem, em se confirmando o cenário esperado, redução de mesma magnitude na próxima reunião", escreveu o comitê.

Depois de um momento de trégua, Lula voltou a fazer pressão sobre Campos Neto na semana passada.

Na ocasião, afirmou que o chefe da autoridade monetária mantém a taxa de juros alta "por teimosia" e que ele contribui para o "atraso do crescimento econômico" do país.

O novo corte já era amplamente esperado no mercado financeiro, seguindo a indicação dada pelo BC no último encontro, em janeiro, de que o corte de 0,50 ponto percentual seria apropriado nas "próximas reuniões".

Desde então, os membros do Copom enfatizaram que a decisão desta quarta seria especial, pois contaria com três novas medições de **inflação** (IPCA de fevereiro e março e IPCA-15 de fevereiro) para embasar a escolha do ritmo de corte do juro e o que poderiam fazer a seguir.

Diante do cenário incerto, as avaliações do Comitê estão cada vez mais dependentes de informações frescas - ou data dependent, como dizem no jargão em inglês.

Segundo **comunicado** do Copom, o cenário para a **inflação** permanece inalterado, com riscos tanto de alta como de baixa. Entre os fatores que podem elevar a **inflação**, estão a persistência das pressões

inflacionárias globais e o aquecimento do setor de serviços. Entre os possíveis fatores de queda, estão a desaceleração da economia global maior que a projetada e impactos mais fortes que o esperado das altas de juros em outros países.

Conforme pesquisa do Projeções Broadcast, todas as 55 instituições financeiras consultadas acreditavam que o Copom baixaria a Selic em 0,50 ponto, para 10,75% ao ano.

Da mesma forma, o Índice Equus de Precificação da Selic (IEPS) apontava 99,3% de chance de nova redução nesse ritmo, a partir dos contratos em aberto no mercado de opções de Copom.

A taxa está no menor nível desde março de 2022, quando também estava em 10,75% ao ano. De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano por sete vezes seguidas.

Juro real Mesmo com a nova baixa, o país segue em segundo lugar no ranking mundial dos juros reais (descontada a **inflação** à frente). Segundo levantamento do site MoneyYou com 40 economias, o Brasil passa a ter uma taxa de juros real de 5,90% e continua apenas atrás do México (7,46%). Em terceiro, aparece a Rússia (5,87%).

Em termos nominais, o Brasil está na sexta colocação, abaixo de Argentina (80%), Turquia (45%), Rússia (16%), Colômbia (12,75%) e México (11,25%).

A média das 40 economias pesquisadas é de 0,79%. O juro neutro brasileiro, que não estimula nem contrai a economia e, consequentemente, não acelera nem alivia a **inflação** brasileira, é estimado pelo BC atualmente em 4,5%.

Estímulo ao consumo A redução da taxa Selic ajuda a estimular a economia. Isso porque juros mais baixos barateiam o crédito e incentivam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas mais baixas dificultam o controle da **inflação**.

No último Relatório de **Inflação**, o Banco Central reduziu para 1,7% a projeção de crescimento para a economia em 2024. O mercado projeta crescimento um pouco melhor. Segundo a última edição do boletim

Focus, os analistas econômicos preveem a expansão de 1,8% do **PIB** em 2023.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da **inflação**. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir (Da Agência Estado, Folhapress e Agência Brasil).

SAIBA MAIS

» Na avaliação do economista-chefe da Daycoval Asset, Rafael Cardoso, o Copom confirmou as projeções de corte de 0,50 p.p da taxa de juros e não trouxe surpresas em relação a isso. No entanto, ele destaca que o **comunicado** traz algumas novidades, dentre elas o reconhecimento pelo comitê de que o cenário externo está um pouco mais complexo.

» "Há um reconhecimento de que o cenário externo ficou um pouco mais complicado e difícil. Ainda que você se aproxime da flexibilização monetária, há uma discussão ali sobre eventuais pressões na **inflação** vindas do mercado de trabalho. Esse não é um ponto novo, vimos isso acontecendo nos dados, principalmente nos Estados Unidos, mas o BC faz o reconhecimento desse processo", explica Cardoso.

*

Como ficam as aplicações

A nova queda da Selic reduz a rentabilidade de ativos de renda fixa, em especial, os pós-fixados, que acompanham a variação da taxa de juros. Isso deixa os produtos prefixados mais vantajosos, apontam analistas.

Para eles, os títulos com a remuneração híbrida, que combinam juros prefixados e a **inflação** ou o DI (semelhante à Selic) acumulados no período são a melhor opção na renda fixa neste momento.

Nesta quarta, era possível adquirir títulos prefixados do Tesouro Direto com juro anual acima de 10% e vencimento a partir de 2027. No caso dos títulos IPCA+, os juros prefixados que os acompanhavam eram 5,66% e 5,77% nos vencimentos de 2029 e 2035, respectivamente.

Poupança ainda vale a pena?

Diferentemente de outros produtos de renda fixa, a poupança não tem a sua rentabilidade alterada com a redução da Selic.

Por lei, ela continua rendendo 6,17% + TR (Taxa

Referencial) ao ano, o que deve totalizar 7,73% nos próximos 12 meses, projeta o mercado, com uma TR de 1,56%.

Considerando a **inflação**, estima-se um ganho líquido real de 4,08% no mesmo período - o investimento é isento de IR. Dessa forma, o dinheiro da poupança não deve se desvalorizar, mas há outros produtos de renda fixa mais rentáveis e com liquidez semelhante, como o Tesouro Selic (Da Folhapress).

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-529d61de9a04a13e71dad539be290df4.pdf

BC reduz Selic a 10,75% e sinaliza que pode diminuir ritmo de novos cortes

THAÍS BARCELLOS CÉLIA FROUFE BRASÍLIA

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu ontem, pela sexta vez seguida, a taxa básica de juros (Selic) em 0,50 ponto percentual, desta vez de 11,25% para 10,75% ao ano. A mudança de tom veio no **comunicado** divulgado depois da reunião do colegiado, que abriu caminho para uma troca no ritmo dos novos cortes.

No texto, o Copom afirma que, "em função da elevação da incerteza e da conseqüente necessidade de maior flexibilidade na condução da política monetária", antevê redução "de mesma magnitude (ou seja, 0,5 ponto)" apenas "na próxima reunião" - e não mais "nas próximas reuniões", no plural, como apareceu nos comunicados anteriores. O próximo encontro do comitê está marcado para 7 e 8 de maio.

"O comitê avalia que essa é a condução apropriada para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário", diz o texto. Como mostrou o Estadão/Broadcast, a mudança de tom já era esperada por parte dos analistas de mercado, em função dos indicadores mostrando que a atividade econômica está mais forte do que o previsto inicialmente, com eventuais impactos para a **inflação** (mais informações nesta página).

Ontem, o dia foi também de decisão nos Estados Unidos, completando a chamada "Superquarta" dos juros - como o mercado se refere às reuniões do Copom e do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) no mesmo dia. Só que, nos EUA, o resultado foi diferente.

Os integrantes do Fed não só decidiram manter as taxas entre 5,25% e 5,50% ao ano, como não deram pistas sobre quando devem iniciar um ciclo de queda dos juros (mais informações na pág. B2).

"CONTRACIONISTA". Segundo o **comunicado** do Copom, "a conjuntura atual, caracterizada por um estágio do processo desinflacionário que tende a ser mais lento, expectativas de **inflação** com reancoragem apenas parcial e um cenário global desafiador, demanda serenidade e moderação na condução da política monetária". A seguir, fala em reforçar "a necessidade de perseverar com uma política monetária contracionista até que se consolide não

apenas o processo de desinflação, como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas".

A XP Investimentos manteve a projeção de Selic de 9% no fim do atual ciclo de corte, patamar que seria alcançado no segundo semestre, mas avalia que há agora um viés de alta para essa estimativa após a alteração no chamado "forward guidance" (sinalização) do Copom. "Patamares maiores que 9% parecem ter probabilidade maior que patamares abaixo de 9%", disse o economista da corretora Rodolfo Margato. Para ele, a retirada do plural em "próximas reuniões" se deve à opção dos membros do colegiado de ter maior grau de liberdade e de flexibilidade na condução da política monetária.

Já a Nova Futura Investimentos alterou suas projeções para Selic neste e no próximo ano após a mudança na comunicação feita pelo Copom.

A corretora mudou de 9,0% para 9,5% a estimativa de taxa final em 2024, com mais uma queda de 0,50 ponto percentual em maio e três seguidas de 0,25 ponto. Depois, para 2025, a casa vê juro a 8,5%, ante 8% antes.

"Acreditamos que, diante da piora na qualidade dos IPCAs recentes, da resiliência da atividade e da força do mercado de trabalho, além de um cenário global mais adverso, a opção do comitê de buscar maiores graus de liberdade é condizente com a evolução do cenário desde a última reunião", disse o economista-chefe da Nova Futura, Nicolas Borsoi, em nota.

Para a Capital Economics, o BC deve reduzir o ritmo de queda da taxa em breve, provavelmente no encontro de junho.

"Outro corte de 0,50 ponto no próximo encontro do Copom, para 10,25%, parece altamente provável. A mudança no forward guidance não exclui outro corte de 0,50 ponto na reunião subsequente, em junho. Mas, com a força do mercado de trabalho provavelmente mantendo a **inflação** de serviços elevada, acreditamos que o Copom vai se inclinar para cortes de 0,25 ponto até lá", afirma a consultoria.

Discurso No **comunicado**, o Copom cita "estágio do processo desinflacionário que tende a ser mais lento"

I COLABORARAM ANTONIO PEREZ e MATEUS
FAGUNDES/SÃO PAULO

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Reduzir a inflação não é difícil; duro é mantê-la baixa"

MÁRCIA DE CHIARA

ENTREVISTA: José Julio Senna Chefe do Ibre/FGV

O bancos centrais do Brasil e dos EUA enfrentam hoje desafios muitos semelhantes para conduzir a política monetária. Em ambos os países, as expectativas de **inflação** estão desancoradas, a atividade econômica e o mercado de trabalho estão aquecidos e as indicações são de que a **inflação** não converge para a meta, disse o economista José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia da FGV.

É possível traçar um paralelo entre o quadro atual dos indicadores da economia dos EUA e do Brasil?

Os bancos centrais dos dois países enfrentam desafios muito semelhantes.

A desinflação está acontecendo tanto nos EUA quanto aqui, mas grande parte disso tem a ver com a reversão dos choques. A **inflação** da pandemia não foi só fruto de choques.

Houve estímulos de política econômica também, tanto fiscal quanto monetária. Estímulos de demanda levam a **inflação** para cima, e isso produz inércia, afeta expectativas e há efeitos de contágio. Grande parte dos efeitos dos choques foi revertida. Está faltando agora a famosa "última milha". Vencer essa etapa está se mostrando mais difícil do que muita gente esperava.

Qual é o quadro no Brasil?

Da mesma maneira que os relatórios de **inflação** nos Estados Unidos não estão dando confiança de que a **inflação** está convergindo para a meta, no Brasil acontece a mesma coisa. Usando a média móvel de três trimestres, os preços livres estão subindo ao ritmo de 6% ao ano, os subjacentes estão subindo 5,70%. A média dos núcleos não está tão alta, mas se elevou um pouquinho recentemente, e está em 4%. Então, não são números confortáveis.

Por quê?

Primeiro, pelas incertezas no lado fiscal. Ainda não temos confiança plena de que as contas públicas

estarão bem equilibradas lá na frente. Outro ponto é a incerteza relacionada com a troca de comando do Banco Central no fim do ano.

Não estou entrando no mérito sobre as qualificações dos indivíduos.

Mas os analistas de mercado não têm segurança sobre a continuidade da política monetária. Essa é a grande questão do momento. Eu estou convencido de que os dirigentes atuais do BC concordam plenamente com o princípio do Volcker (Paul Volcker), dito décadas atrás, e que, para os dias de hoje, tem uma importância enorme.

Qual é esse princípio?

Segundo Volcker, reduzir a **inflação** não é o mais difícil; o duro é mantê-la baixa. Esse é o ponto fundamental.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Com nova Selic, analistas sugerem aplicações atreladas à inflação

LUÍZA LANZA E-INVESTIDOR

A redução de 0,50 ponto porcentual na taxa básica de juros, a Selic, pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) ontem mantém a relevância dos investimentos em renda fixa. No entanto, o rendimento de 1% ao mês que era alcançado há pouco tempo agora será mais difícil. Desde que o ciclo de afrouxamento monetário começou, em agosto de 2023, a Selic já caiu três pontos percentuais - a taxa passou a 10,75%, o menor valor em dois anos.

"A queda da taxa Selic para 10,75% é amplamente esperada e já está precificada no valor dos ativos", diz Guilherme Sá, sócio-diretor da Grão Investimentos.

"A renda fixa deve continuar atrativa, uma vez que a **inflação** esperada para frente está em queda e, portanto, ainda possibilita um juro real bastante elevado." Levantamento feito por Rafael Haddad, planejador financeiro do C6 Bank, a pedido do E-Investidor, plataforma digital sobre investimentos do Estadão, mostra como fica a rentabilidade líquida dos principais ativos da renda fixa com a nova Selic. A simulação levou em conta uma estimativa de CDI de 9,90% em 1 ano, com base no contrato de DI futuro, e uma expectativa de **inflação** em 12 meses de 3,51%, baseado na projeção do Boletim Focus.

Quem paga mais ao investidor ainda são as Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) e as Debêntures Incentivadas.

Por serem ativos isentos de Imposto de Renda, esses investimentos garantem retornos superiores aos outros títulos mais conhecidos da renda fixa, como o Tesouro Selic ou até mesmo os Certificados de Depósito Bancário (CDBs).

A simulação mostra que uma LCI de 96% do CDI oferece uma rentabilidade bruta de 9,50% em um ano, abaixo dos 11,08% oferecidos por um CDB de 112% do CDI, por exemplo.

Mas o IR faz diferença nessa conta: um investimento de R\$ 1 mil nos dois ativos renderia, após um ano, 9,50% versus 9,14%, descontando o imposto.

MUDANÇA. Títulos isentos como LCIs e LCAs

passaram por mudanças recentes, quando, no início de fevereiro, o Conselho Monetário Nacional (CMN) restringiu o lastro (garantia de valor) da maioria dos papéis e ampliou, de três para 12 meses, o prazo mínimo para as aplicações. Ainda que a liquidez dos ativos tenha sido reduzida, eles não perderam atratividade.

"A oferta tende a diminuir, mas ainda há boas oportunidades", diz Bruno Monsanto, assessor da RJ+ Investimentos.

A orientação do especialista é priorizar aplicações que tenham uma boa combinação entre prazos, taxas e qualidade do emissor. "Por exemplo, um título isento, de emissor com baixo risco de crédito, pagando algo próximo de IPCA+ 6% ou CDI+ 1,5% pode ser uma boa opção", diz Monsanto.

"Debêntures incentivadas, CRIs e CRAs, que normalmente têm prazos mais longos, mas com fluxos de pagamentos de juros antes do vencimento, costumam ter taxas mais interessantes também." Para quem tem foco no longo prazo, uma boa alternativa é manter na carteira títulos indexados à **inflação**, que garantem sempre um juro real ao investidor, diz Kaique Fonseca, economista e sócio da A7 Capital. Segundo ele, a aplicação é um bom negócio mesmo no atual cenário de IPCA "comportado".

"Em março de 2023, o Tesouro Prefixado para 2029 estava pagando aos investidores taxas na casa dos 13,50% ao ano, hoje esse mesmo ativo está pagando ao investidor em torno de 10,60%. Já o Tesouro IPCA+ estava pagando em torno de 6% acima da **inflação**, e hoje na casa dos 5,60%", diz. "Ambos pagam menos do que pagavam, mas em uma proporção diferente." Segundo o levantamento do C6, um CDB IPCA + 6,50% ao ano paga a investidores uma rentabilidade bruta de 10,24% e uma rentabilidade líquida de 8,45% em 12 meses.

Os títulos indexados à **inflação** também são a preferência da Ágora Investimentos, que vê com bons olhos adicionar uma parcela de juros reais na carteira. "Continuamos com nossa preferência para papéis atrelados à **inflação**, porém olhando um prazo intermediário (próximo de 4 a 5 anos), para proteção da carteira e para não pegar a desaceleração da **inflação** no curto prazo", diz Alexandre Marques,

gerente de produtos de renda fixa da Ágora.

Mais vantagens Quem paga mais aos investidores
ainda são as LCIs, as LCAs e as debêntures
incentivadas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

União quer usar emenda parlamentar para investir

GERALDA DOCA geralda@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo prepara mudanças nas regras orçamentárias para ganhar mais flexibilidade no manejo de gastos no ano que vem. Com margem orçamentária cada vez mais apertada devido ao crescimento das despesas obrigatórias, a estratégia da equipe econômica é destinar até metade do valor reservado a emendas parlamentares no Orçamento para ser computado para o piso de investimentos criado no arcabouço fiscal.

A regra deve constar no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, a ser enviado pelo governo ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril.

BASES DO ORÇAMENTO

O projeto da LDO dá as bases para a proposta de Orçamento em si. É um projeto anual, que segue alguns padrões, mas tem inovações em alguns momentos.

Para o Orçamento do ano que vem, essa é uma das principais novidades. Caso seja aprovada, a medida dará ao Executivo maior poder de manobra nas chamadas despesas discricionárias (aquelas sobre as quais pode efetivamente decidir), como custo da máquina, por exemplo. A proposta foi antecipada pelo Valor e confirmada pelo GLOBO.

O arcabouço fiscal prevê um piso para investimentos. Em 2024, por exemplo, o piso foi de R\$ 71,1 bilhões. Esse valor será atualizado pela inflação para o ano que vem - e para os exercícios subsequentes.

Para cumprir essa regra na proposta orçamentária em si, o governo quer estabelecer que até metade das emendas individuais e de bancada estadual conte como investimento. Neste ano, foram R\$ 25,1 bilhões para emendas individuais e R\$ 8,5 bilhões para as de bancada (por estado).

Os parlamentares, porém, não serão obrigados a destinar esses valores para investimento. É apenas um indicativo para o governo cumprir a regra do piso no projeto orçamentário. O governo já usa esse dispositivo para cumprir o mínimo de gastos para saúde - nesse caso, porém, os parlamentares são obrigados a destinar metade das emendas para

saúde.

EMENDAS FINANCIAM OBRAS

O governo tem como justificativa para a novidade o fato de as emendas parlamentares já serem usadas para financiar obras e projetos públicos. O texto final ainda está em fase de discussão, segundo técnicos do Ministério do Planejamento.

A diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), Vilma Pinto, defendeu a proposta. Segundo ela, o Executivo não terá mais espaço para aumentar gastos e sim maior flexibilidade na hora de alocar os recursos: -A medida dará ao governo maior flexibilidade na hora de alocar os recursos orçamentários.

Vilma afirma que a medida não deve sofrer resistência por parte do Congresso porque assegura que o valor previsto para investimento em diversas áreas, como saúde, educação e obras seja executado no ano. Ou seja, com a medida, não haveria risco de os recursos ficarem retidos por contingenciamento.

O economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, destacou que a medida tem o objetivo "nobre" de cumprir o piso de investimentos, mas que é apenas um "paliativo", diante do avanço das emendas parlamentares sobre o Orçamento.

- Como o governo vai conseguir cumprir o piso mínimo de investimentos de mais de R\$ 70 bilhões com esse grau de rigidez do Orçamento? -questionou.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mercado financeiro vê Haddad forte e juro e inflação em queda

MÍRIAM LEITÃO E ANA CAROLINA DINIZ
economia@oglobo.com.br

Subiu de 43% para 50% os economistas do mercado financeiro que avaliam positivamente o trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na comparação com novembro do ano passado, revertendo a tendência negativa que vinha desde setembro de 2023. Esse é um dos resultados da nova etapa da pesquisa Genial/Quaest sobre o que pensa o mercado financeiro.

No sentido contrário, a avaliação do governo Lula piorou. Hoje, 64% fazem uma análise negativa do governo. Eram 52% em novembro. Nesta pesquisa, 30% avaliam como regular, e só 6% têm visão positiva.

Perguntados se o ministro Fernando Haddad está mais forte do que no começo do mandato, 51% acham que sim, 35% dizem que permanece igual e 14% o veem mais fraco. Aumentou de 44% para 51% os que avaliam que o governo está preocupado com o controle da **inflação**. E 46% acreditam que a **inflação** será menor do que em 2023, 36% pensam que ficará igual e 19% que ficará mais alta ante o ano passado.

SEM DÉFICIT ZERO

Ainda segundo a pesquisa, 73% vão manter a aposta em mais cortes da taxa de juros, e 27% projetam que o Banco Central do Brasil vai diminuir o ritmo de reduções, mas todo mundo acha que os juros continuarão caindo.

Por outro lado, há pessimismo em vários pontos da pesquisa: 99% acham que o governo não vai zerar o déficit este ano. E 71% consideram que a política econômica está errada. Porém, caiu de 55% para 32% os que dizem que sua expectativa é que a economia piore nos próximos doze meses.

O que pesa contra a avaliação do governo Lula é o risco de intervencionismo: 50% opinam que esse é o maior perigo. E indo para um caso específico, 89% acham que se o governo interferir na Vale o impacto será de diminuir os investimentos estrangeiros no Brasil.

Sobre o rumoroso caso dos dividendos da Petrobras,

97% acham que foi uma decisão errada não distribuir os dividendos extraordinários, mas 52% avaliam que eles serão pagos "em algum momento" até o fim do ano. E 29% consideram que esses recursos retidos serão aplicados em investimento. Outros 19% acham que ficarão como recursos de capital.

A Genial/Quaest também perguntou a opinião do mercado financeiro sobre as eleições de 2026. Para 86%, Lula será candidato à reeleição. E 53% acreditam que o atual presidente é o favorito para vencer em 2026.

Sobre o ex-presidente Bolsonaro, 43% acreditam que ele será preso, e 53% acham que não será. Caso seja preso, 84% consideram que isto tende a ser mais benéfico para a oposição em 2026, e 16% afirmam que será bom para o governo.

A pesquisa Genial/Quaest fez 101 entrevistas com fundos de investimento com sede no Rio e em São Paulo entre os dias 14 e 19 de março. O público-alvo da pesquisa são gestores, economistas, analistas, tomadores de decisão do mercado financeiro.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Atividade surpreende, e FGV Ibre eleva as projeções para ano

Marsílea Gombata De São Paulo

O desempenho melhor que o esperado em indicadores de atividade econômica levou o Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) a revisar para cima suas projeções para o primeiro trimestre e para 2024. As atividades cíclicas, que são mais suscetíveis às taxas de juros, vêm apresentando resultados animadores neste início de ano, apontando para um cenário de "pouso suave" da economia brasileira.

O Boletim Macro não descarta, contudo, turbulências que no curto prazo podem tumultuar o processo de desaceleração menos brusco da atividade, como ruídos no mercado, mais gastos do governo e um mercado de trabalho aquecido, que pode tornar difícil a queda da **inflação**.

Com os números positivos de serviços, indústria de transformação e varejo, a edição de março do Boletim revisa as projeções do FGV Ibre de crescimento do **PIB** no primeiro trimestre deste ano, ante o quarto de 2023, de 0,2% para 0,5%. Para 2024, a projeção de crescimento passou de 1,4% para 2%.

Também foram revistas as estimativas para primeiro trimestre de 2024 e para o ano fechado de consumo das famílias (de crescimento de 1,3% previsto em fevereiro para 2% na edição de março), de investimento (de 2,4% para 4,3%), de indústria de transformação (de 1,4% para 2,3%), da construção (de 1% para 2,6%), e de serviços (de 1,6% para 2,1%).

"No Brasil, os últimos dados divulgados referentes à atividade econômica vieram bem acima das nossas previsões e até as do mercado, na média mais otimista. Mesmo exercendo alguma cautela com relação aos resultados esperados para os próximos meses, não há como negar que os serviços e o comércio varejista têm tido um desempenho muito acima do previsto", diz o boletim.

O texto lembra ainda que os dados das sondagens setoriais do FGV Ibre confirmaram a expectativa de melhor desempenho da indústria de transformação e da construção, que devem ter resultado positivo no ano, revertendo o desempenho negativo de 2023.

"Dados do Monitor do **PIB** de janeiro mostram

crescimento mais forte da parte das atividades cíclicas. Já esperávamos bom resultado de setores como a indústria. O que surpreendeu foi a intensidade dessa recuperação", afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro.

"O consumo das famílias e outros serviços vieram além do esperado. Também vimos recuperação do investimento, com o setor de bens de capital saindo da tragédia que foi no ano passado. Isso deve continuar."

Mas, reforçando a mensagem do boletim, Matos alerta para o fato de nem tudo ser positivo.

"Ainda há dúvidas sobre essa intensidade [da recuperação], principalmente levando em conta o setor agropecuário, que pode ser uma caixinha de surpresas", diz Matos, ao lembrar que o desempenho do agro é melhor de fevereiro a abril.

Ela argumenta que, apesar da melhora da parte cíclica do **PIB**, a parte exógena - menos sensível ao movimento das taxas de juros - não terá o mesmo desempenho que no ano passado.

Em 2023, as atividades cíclicas contribuíram com 1,2 ponto percentual do crescimento de 2,9% do **PIB**, enquanto a contribuição da parte exógena foi de 1,7 ponto. Neste ano, a parte cíclica deve representar 1,7 ponto percentual, e a exógena, 0,3 ponto percentual, do crescimento estimado em 2%.

Outro fator de preocupação, de acordo com o boletim, seriam os ruídos no mercado, "decorrente de ações e de discursos do governo que elevam as incertezas sobre a economia".

Como exemplo, o texto traz o aumento dos gastos públicos com a despesa primária crescendo 12,5% acima da **inflação** no acumulado em 12 meses, em janeiro, políticas intervencionistas do governo em diferentes áreas, e um cenário mais nebuloso para o investimento privado.

"Seguimos esperando uma retomada cíclica do investimento para este ano, mas que será insuficiente para elevar de forma significativa a nossa baixa taxa de investimento, que recuou no ano passado para 16,5% do **PIB**", acrescenta o texto.

Outra notícia com dose de otimismo limitado seria o próprio aquecimento da atividade e do mercado de trabalho, acompanhado do aumento da renda e de um cenário de consumo das famílias mais forte. "Será que essa atividade mais rápida do que gostaríamos não acabará aumentando a atenção do Banco Central", questiona Matos, ao se referir ao processo de redução dos juros. "Essa aceleração do consumo das famílias pode gerar preocupação e aumento da cautela em relação aos próximos passos."

O cenário hoje, afirma a economista, é de atenção. De um lado, há notícias boas sobre a atividade. De outro, preocupações sobre a falta de ociosidade da economia, o que poderia gerar mais pressões inflacionárias.

Atividade econômica

Com as surpresas positivas nos indicadores da atividade, o Boletim Macro subiu a projeção de crescimento do **PIB** do primeiro trimestre e também para 2024. "As mudanças são motivadas por maior otimismo nas categorias cíclicas do **PIB**, em contraposição à expectativa de uma parte exógena mais fraca, decorrente, sobretudo, da piora nos dados da indústria extrativa e de uma agropecuária, enfraquecida por expectativas ruins para as safras de 2024", afirma o texto.

O FGV Ibre alerta que a melhora dos indicadores cíclicos deve ser analisada com ponderação, já que parte da recuperação é explicada por bases de comparação baixas do ano passado, como no caso da indústria manufatureira.

Além da atualização de projeções para o **PIB**, foram revistas para cima as de indústria de transformação, construção civil e serviços. Para baixo foram revistas as projeções de indústria extrativa, consumo do governo e importação.

Expectativas

Apesar da queda dos índices de confiança do FGV Ibre em fevereiro, influenciada pela piora nas expectativas de curto prazo, uma prévia realizada com dados até o dia 14 de março sugere que essa tendência não prosseguirá. De acordo com a prévia, o índice de Confiança Empresarial (ICE) subirá 0,3 ponto em março, após queda de 0,7 ponto em fevereiro, e o índice de Confiança do Consumidor terá alta de 0,7 ponto, depois de cair 1,1 ponto.

"O primeiro trimestre parece caminhar em tendência mais favorável para a confiança empresarial, que é também captada pelo Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) do FGV Ibre", diz o boletim. "Por

outro lado, a piora das expectativas e a piora em indicadores sobre condições financeiras acendem um sinal de alerta em relação aos próximos meses."

Mercado de trabalho

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua de janeiro mostrou leve redução na taxa de desemprego para 7,6%, marcando o menor nível desde agosto de 2015 na série dessazonalizada. A previsão, contudo, é de aumento para 8,0% em fevereiro. O saldo positivo do Caged, por sua vez, superou as expectativas. As previsões para a leitura de fevereiro são otimistas.

Inflação

O FGV Ibre lembra que o IPCA de fevereiro de 2024 superou levemente as expectativas, mas confirmou a tendência de desaceleração inflacionária, com base na **inflação** subjacente de serviços e no índice de difusão. Impactos sazonais e preços de commodities agrícolas menores que o esperado devem contribuir para menos pressão inflacionária.

Para março, o FGV Ibre espera **inflação** de 0,15%, apontando uma redução para 3,9% no acumulado em 12 meses. Em abril de 2024, espera-se que a taxa de **inflação** recue ainda mais, alcançando cerca de 3,7%. O economista André Braz, responsável pela seção sobre **inflação** do boletim, estima que a **inflação** anual de 2024 ficará entre 3,5% e 4%.

Política monetária

A seção sobre política monetária, contudo, mostra dois fatores que têm contribuído para manter desancoradas as expectativas de **inflação**: as incertezas relacionadas à troca de comando no BC na virada do ano e as dúvidas que ficam sobre o comportamento futuro das contas públicas. O boletim ressalta que a projeção oficial de **inflação** estava em 3,2% para 2025, e as expectativas estavam muito próximas de 3,5% entre fevereiro e março.

O boletim defende que governantes empenhados em levar e manter a **inflação** em patamar baixo precisam agir de forma coerente com esse objetivo e convencendo o público de seus propósitos.

"A melhor sinalização passível de ser dada envolve demonstrações convincentes de compromisso de conduzir a política fiscal de maneira compatível com o cumprimento da meta de **inflação**", diz o texto, ao lembrar que esse compromisso não parece firme por parte do governo.

"Possivelmente, essa é uma das razões pelas quais as

expectativas de **inflação** de médio prazo, para 2025, 2026 e 2027, estão estabilizadas em 3,5% há cerca de oito meses."

Política fiscal

A parte sobre política fiscal do boletim alerta para três pontos de atenção. O primeiro é o imbróglio em torno dos dividendos da Petrobras, sem uma definição clara e transparente sobre a política de distribuição desses a acionistas da empresa. O segundo ponto seria quanto ao crescimento das despesas obrigatórias, que podem comprimir as outras despesas dentro do novo arcabouço fiscal e dificultar a sua gestão. Um terceiro seria a PEC sobre autonomia financeira e orçamentária ao Banco Central.

"A PEC 65/2023, de autoria do senador Plínio Valério (PSDB-AM), concede autonomia financeira e orçamentária ao BC. É importante saber do que se trata tal autonomia", questiona no boletim o economista Manoel Pires, à frente do Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre. "A PEC transformaria o BC, uma autarquia federal com orçamento vinculado à União, em empresa pública com total autonomia financeira e orçamentária, sob supervisão do Congresso. O BC teria plena liberdade para definir, por exemplo, os planos de carreira e salários de seus funcionários, contratações e reajustes."

Além de a AGU ter se manifestado pela inconstitucionalidade da PEC, que deveria ser encaminhada ao Congresso pelo Executivo, Pires alerta que há um debate quanto ao mérito, uma vez que o argumento para a proposta é que o BC registra lucro e, portanto, não deve possuir o mesmo tipo de limitação orçamentária que é aplicada a outros órgãos.

Setor externo

Com recorde pelo segundo mês consecutivo, o superávit da balança comercial de fevereiro, no valor de US\$ 5,4 bilhões, foi puxado pela alta das exportações da indústria extrativa, com destaque para o petróleo bruto.

"Nesse começo de 2024, os resultados das exportações, liderados pelas commodities, apontam melhoras em relação a 2023, mas essa tendência pode não se realizar", alerta o boletim. "O governo chinês aposta em um crescimento de 5%, mas muitos duvidam que esse resultado seja alcançado."

Internacional

Na seção sobre o cenário externo, o FGV Ibre destaca os fatores que possivelmente serão considerados pelo Fed (BC americano) no início do ciclo de baixa de

juros, como a queda das expectativas de **inflação** nos Estados Unidos, alguns subconjuntos dos índices de **inflação** e a atividade econômica que cresce abaixo de seu potencial, e não abaixo, como deseja a autoridade monetária dos EUA.

"Não há como negar que serviços e varejo têm tido desempenho muito acima do previsto" Boletim Macro

"Mudanças são motivadas por maior otimismo nas categorias cíclicas do **PIB**" Boletim Macro

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187820?page=1§ion=1>

Fazenda reduz "marginalmente" estimativa para IPCA

Estevão Taiar De Brasília

O Ministério da Fazenda deve revisar "marginalmente para baixo" as suas projeções para a **inflação** deste ano, apurou o Valor. Mas a tendência é que a pasta mantenha as estimativas para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste e dos próximos anos.

Nesta quarta, 20, a pasta divulga o Boletim Macrofiscal, documento bimestral em que publica suas estimativas para as principais variáveis econômicas. Essas estimativas são usadas posteriormente para decidir, por exemplo, sobre o bloqueio ou não de recursos no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, a fim de cumprir metas fiscais.

Atualmente, o Ministério da Fazenda projeta crescimento de 2,2% para o **PIB** em 2024. Para os três anos seguintes, as estimativas de alta são respectivamente de 2,8%, 2,5% e 2,6%.

Já a estimativa para o IPCA de 2024 é de 3,55%. A meta de **inflação** para este ano, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Para o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), as estimativas são respectivamente 3,25% e 4%.

Em seu último Boletim Macro-fiscal, de novembro do ano passado, o Ministério da Fazenda destacava que o cenário para o **PIB** em 2024 levava em conta "o aumento das incertezas no ambiente externo". Esse aumento das incertezas externas aparecia "tanto do ponto de vista da política monetária dos países centrais, quanto da possibilidade de agravamento nos conflitos geo-políticos globais".

"Em contrapartida, as atividades menos influenciadas pelo setor externo devem se beneficiar com a política monetária menos contracionista, com as melhores condições de crédito e com o crescimento da massa de rendimento real", dizia. "Nesse sentido, a composição do crescimento brasileiro no próximo ano deverá ser bastante distinta da verificada em 2023, com maior contribuição da absorção doméstica."

No caso do IPCA, a projeção levava em conta: reajustes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) anunciados pelos Estados e impactos do El Niño sobre preços de alimentação, energia e etanol.

O Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, por sua vez, será divulgado amanhã, sexta-feira.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187820?page=1§ion=1>

Maior incerteza fez o Copom mudar sinalização

Análise Alex Ribeiro De São Paulo

O aumento da incerteza no cenário inflacionário, devido a fatores domésticos e externos, está por trás do encurtamento da indicação do Banco Central de cortes de juros de 0,5 ponto percentual, que agora se aplica apenas à próxima reunião, e não mais às duas reuniões seguintes.

Uma boa notícia é que, conforme já havia sido antecipado por membros do Comitê de Política Monetária (Copom) em pronunciamentos recentes, não houve mudança substancial no cenário básico para a **inflação** e, portanto, nas grandes linhas da condução da política monetária.

Isso significa que os cortes de juros que estavam planejados pelo Copom em janeiro - ainda que não sejam conhecidos de forma exata - seguem valendo.

Outra boa notícia é que, a despeito do aumento das incertezas, o balanço de riscos para a **inflação** segue simétrico. O **comunicado**, ao menos, não muda explicitamente para o lado negativo.

O que colocou o Copom um pouco na defensiva, limitando o horizonte de sinalização de cortes de juros a uma reunião apenas, é o aumento da incerteza, num ambiente de simetria de riscos. O colegiado parece estar vendo riscos aumentados dos dois lados.

À primeira vista, parece um pouco estranho esse ambiente em que os riscos dos dois lados aumentaram, já que as notícias mais recentes pareciam negativas. Mas, para manter a coerência com o que o BC disse sobre o balanço de riscos - que é simétrico -, as duas caudas na distribuição de riscos precisam ter aumentado.

Da reunião de janeiro para cá, o mercado ficou um pouco mais arisco com a política monetária americana (ainda que, ontem, a notícia tenha sido positiva), com a atividade econômica mais forte e com a maior pressão na **inflação** dos serviços mais dependentes da atividade econômica. Como esses fatores encaixam na avaliação do Banco Central?

No cenário central, o essencial não muda. A projeção de **inflação** para 2024 segue em 3,5%. Mais importante, a projeção para 2025, que ganha 100% do

fo co da política monetária a partir de maio, seguiu em 3,2%. O **comunicado** informa que "o comitê avalia que o cenário-base não se alterou substancialmente".

Na sua descrição do cenário-base, o colegiado dá mais alguns detalhes de sua visão sobre os dados mais recentes. Chama a atenção ter repetido a avaliação do **comunicado** anterior sobre a atividade: "o conjunto dos indicadores de atividade econômica segue consistente com o cenário de desaceleração da economia antecipado pelo Copom".

E como ficam as surpresas no setor de serviços, comércio e Caged que pressionaram o mercado financeiro na semana passada? Não mudaram o cenário básico, mas podem ter aumentado a incerteza - não exatamente sobre a atividade, mas sobre o grau de ociosidade. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Na **inflação**, houve mudanças. Em janeiro, o Copom dizia que "a **inflação** cheia ao consumidor, conforme esperado, manteve trajetória de desinflação, assim como as medidas de **inflação** subjacente, que se aproximam da meta para a **inflação** nas divulgações mais recentes." Quando foi divulgado em janeiro, esse trecho foi um alívio. Os índices de **inflação** a partir de meados de dezembro vieram mais salgados. A mensagem do Copom era reconfortante porque dizia que, apesar do repique, estava dentro do esperado.

No **comunicado** de ontem, o Copom tirou o "conforme o esperado" e fez uma descrição menos favorável. "A **inflação** cheia ao consumidor manteve trajetória de desinflação, enquanto as medidas de **inflação** subjacente se situaram acima da meta para a **inflação** nas divulgações mais recentes." No cenário internacional, o BC destacou debates nos países desenvolvidos sobre início de flexibilização e tempo que a **inflação** demora a cair. Mas a descrição central ficou intacta: segue exigindo cautela dos emergentes.

Não houve grandes mudanças no cenário base porque, afinal de contas, a decisão do Copom de encurtar a indicação futura do juro tem a ver com incertezas. E quem quer explorar o que mudou nas incertezas deve examinar o balanço de riscos.

Nele, tem apenas um item que fala sobre o ambiente doméstico: o risco de a **inflação** superar o projetado em virtude de "uma maior resiliência na **inflação** de

serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais apertado".

Esse é um risco que junta todas as preocupações recentes. De um lado está a **inflação** de serviços, que tem dado sinais ambíguos. E o outro ponto é o grau de ociosidade da economia, que o BC chama de hiato do produto. É um tema mais amplo que apenas atividade: inclui, por exemplo, discussões sobre o lado da oferta e problemas de mensuração depois da pandemia.

A incerteza internacional tem a ver com preocupações sobre se a **inflação** nos EUA vai cair rápido, abrindo caminho para a o BC americano cortar os juros.

O que tudo isso significa para a política monetária? Num ambiente de incerteza, o Copom tende a caminhar com mais cautela nos juros, com movimentos menores. Isso exclui a chance de um corte de 0,5 ponto dentro de duas reuniões, em junho? O cenário básico admitia a possibilidade de baixar 0,5 ponto percentual, e o cenário básico não mudou.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187820>

Fed mantém juros, mas reduz espaço para cortes até 2026

Eduardo Magossi, Gabriel Caldeira e Roberta Costa De São Paulo

O Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) manteve sua taxa de juros de referência no intervalo entre 5,25% e 5,5% ao ano pela quinta vez consecutiva, no maior patamar em 22 anos. Com a manutenção dos juros amplamente esperada, a dúvida pairava sobre o novo Sumário de Projeções Econômicas (SEP), conjunto de perspectivas dos membros do banco central. Embora o documento tenha mantido a expectativa de três cortes de juros de 0,25 ponto percentual em 2024, num total de 0,75 ponto, as projeções para os anos seguintes sugeriram um ritmo mais lento de flexibilização da política monetária.

De acordo com o SEP, os membros do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fome, na sigla em inglês) elevaram a projeção mediana dos juros para 2025 - de 3,6% a 3,9% - e para 2026, de 2,9% a 3,1%. A projeção para os juros de longo prazo - a chamada "taxa neutra", ou taxa de equilíbrio da economia - também aumentou, de 2,5% para 2,6%. Foi a primeira vez que o SEP registrou aumento da taxa neutra projetada pelo Fed desde meados de 2022, quando a **inflação** americana sofria impacto da guerra na Ucrânia.

Ainda assim, o mercado fez vista grossa às projeções para os próximos anos, já que o receio era que os recentes repiques inflacionários levassem o Fed a reduzir sua expectativa de três para dois cortes em 2024, o que não aconteceu.

No **comunicado**, o Fed informou que precisa ter maior confiança de que a **inflação** está caminhando de forma consistente para a meta de 2% para iniciar o afrouxamento monetário. O banco central reiterou que a economia segue em forte crescimento, com ganhos expressivos de emprego. A avaliação indica uma melhora em relação à declaração de janeiro, de que havia ocorrido uma moderação no mercado de trabalho. Foi a única mudança perceptível no **comunicado** da reunião desta quarta.

No SEP, o Fed surpreendeu ao elevar de forma expressiva a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2024, de 1,4% em dezembro para 2,1%. Ao mesmo tempo reduziu a expectativa de

desemprego de 4,1% para 4%, revelando projeção de um cenário de crescimento com mercado de trabalho seguindo firme.

Na entrevista que se seguiu à decisão de juros, o presidente do Fed, Jerome Powell, reiterou que as taxas poderão cair ainda neste ano nos Estados Unidos se a economia americana evoluir como esperado, em especial se o progresso da **inflação** em direção à meta de 2% se sustentar. Ainda assim, ele ressaltou que a **inflação** segue alta e há incertezas e, por isso, o progresso dos preços não é algo assegurado. Segundo Powell, o aperto monetário provavelmente atingiu seu pico neste ano, e as decisões futuras continuarão sendo tomadas reunião a reunião. Ele destacou que o mercado de trabalho americano segue forte, com a demanda por trabalhadores ainda acima da oferta de mão de obra. No entanto, o número de trabalhadores disponíveis aumentou e foi a principal razão para as revisões positivas do crescimento do **PIB** nas projeções.

Powell também comentou que o comitê discutiu a desaceleração do processo de aperto quantitativo (QT, na sigla em inglês) do balanço de ativos do Fed. Segundo ele, nenhuma decisão foi tomada, mas o colegiado acredita que deverá reduzir o ritmo do em breve. Desde o início do QT, o balanço de ativos do Fed diminuiu em US\$ 1,5 trilhão, destacou o presidente do Fed. Uma transição gradual da redução do balanço de ativos traz menos riscos à liquidez do sistema financeiro, afirmou. Para Powell, a meta de longo prazo é manter apenas Treasuries no balanço de ativos da instituição.

Embora Powell não enxergue um cenário de condições financeiras tão relaxadas, ele não considera que os dados fortes de **inflação** dos Estados Unidos em janeiro e fevereiro mudam o cenário de desinflação em curso. Assim, a perspectiva para a política monetária não teria mudado drasticamente desde o fim do ano passado. "Riscos apontam para os dois lados do mandato agora", disse, com juros muito altos podendo pressionar demais a atividade ou cortes prematuros provocando uma potencial reaceleração da **inflação**.

Para ele, efeitos sazonais podem ter afetado os índices de preços de janeiro, e a força atual do mercado de trabalho não é uma razão para se

preocupar com a possível volta da **inflação**. "Precisamos de mais tempo para avaliar se a alta da **inflação** recente representa mais do que acidentes de percurso", ressaltou o presidente do banco central.

Inflação acima da meta não parece ser empecilho para afrouxamento

A manutenção da expectativa de que o Federal Reserve (Fed) realize três cortes de juros em 2024 mesmo com o aumento da projeção de **inflação** e do crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) passou uma mensagem mais "dovish" (pró-afrouxamento) que animou os mercados ontem.

Para Veronica Clark, economista do Citi, apesar de o Fed ter diminuído projeções de cortes de juros dos EUA para 2025 e 2026, a redução foi modesta para criar impacto. Além disso, segundo ela, o foco estava no número de cortes previstos para 2024, que foi mantido em três, todos de 0,25 ponto.

A economista avalia que, ao manter a projeção de reduções até dezembro, o Fed passou uma mensagem branda para os investidores, de que poderá iniciar os cortes mesmo com **inflação** acima da meta. O Fed elevou sua projeção de núcleo do índice de preços de gastos com consumo de 2,4% de dezembro para 2,6%. No mesmo período, a projeção do **PIB** passou de 1,4% para 2,1%.

Clark diz que a decisão e os comentários do presidente do Fed, Jerome Powell não alteraram o cenário-base do Citi, que prevê corte de 1,25 ponto percentual- cinco no total-a partir de junho e em todas as reuniões seguintes. "Esperamos que a redução do aperto quantitativo [QT, na sigla em inglês] comece em junho, com a venda de US\$ 60 bilhões mensais de Treasuries sendo cortadas para US\$ 30 bilhões." Sobre as estimativas, o principal sinal dado pela mediana das projeções dos membros do Fed, de acordo com o economista da XP, Francisco Nobre, foi uma dispersão nas expectativas de cortes entre. Nove membros do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fome, na sigla em inglês) esperam três cortes de 0,25 ponto; cinco esperam dois cortes; dois preveem apenas um corte; e dois esperam manutenção. Apenas um prevê quatro cortes.

"Muita divisão provoca incertezas na condução da política monetária", afirma Nobre. O economista também resalta que enquanto os dados foram mais "hawkish" (pró-aperto) ao apontarem crescimento do **PIB** e queda do desemprego, os comentários de Powell foram na direção oposta ao mostrar confiança no avanço da desinflação e de que cortes de juros poderiam ser realizados neste ano.

Lucas Souza, economista-chefe da Berkana Patrimônio, também avalia que o fato de o Fed não ter alterado a sua projeção para os juros em 2024, mesmo com **inflação** e crescimento maiores, indicam que o plano de voo do banco central americano não mudou com os dados fortes de janeiro e fevereiro.

Segundo ele, quatro pontos foram decisivos para a leitura otimista do mercado: dados fortes de mercado de trabalho que não afetam necessariamente o ciclo de cortes; o fato de Powell ter minimizado o impacto da forte **inflação** de janeiro; a leitura de que a **inflação** não segue o ritmo de crescimento dos salários; e a sinalização de que o Fed vai diminuir em breve o ritmo do QT.

Andressa Durão, economista da ASA Investments também se surpreendeu com a forte projeção do **PIB**. "O Fed está prevendo um crescimento mais forte que não impacta a **inflação** em função de um choque de oferta no mercado de trabalho", afirma. Segundo ela, Powell descartou os dados recentes de **inflação** e segue considerando que o movimento de desinflação continua.

A economista também acredita que o aumento de projeção de juros para 2025 e 2026 observado pode ser explicado pela alta da taxa neutra (de equilíbrio) e não será um obstáculo para o corte de juros ainda neste ano. A expectativa de Durão é de que as reduções comecem em junho.

A deterioração fiscal nos Estados Unidos é a principal razão para o aumento da projeção da taxa neutra, de acordo com Julio Hegedus, economista-chefe da Mirae Asset Brasil. Na visão dele, o amplo aumento de gastos do governo Joe Biden e as incertezas antes da eleição presidencial explicam o aumento da taxa de 2,5% para 2,6%, conforme as projeções coletadas pelo Fed.

"A taxa neutra é reflexo da deterioração de expectativas em relação à questão fiscal e política", afirma.

"Taxas poderão cair ainda neste ano nos EUA se a economia americana evoluir como esperado" Jerome Powell

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187820>

Mercado vê BC mais cauteloso com incertezas

**Arthur Cagliari e Augusto Decker São Paulo Victor
Rezende De São Paulo / Matheus Prado De São Paulo**

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) indicou em seu **comunicado** da decisão de juros de ontem que há mais incertezas no cenário global e local, segundo avaliaram economistas ao Valor. Para eles, essas dúvidas seriam a razão pela qual a autoridade monetária teria alterado sua orientação futura (o chamado "forward guidance") para os cortes de juros à frente, ao indicar somente a expectativa de corte de 0,5 ponto para a próxima reunião.

Essa mudança de tom do Copom combinada com uma não alteração das perspectivas para a política do Federal Reserve (Fed, banco central americano) devem erodir em velocidade menor do que o esperado o diferencial de juros, segundo o economista-chefe da Neo Investimentos, Luciano Sobral. "Vimos o Fed querendo seguir com os planos de três cortes de juros neste ano, enquanto o Copom deu sinais de que pode parar antes. Se isso acontecer, poderemos ter um diferencial de juros que ainda beneficia o câmbio. Por isso, imagino que o real possa apreciar na próxima sessão [de hoje]", afirma.

Para Sobral, a troca do plural pelo singular, na indicação de um corte nos juros no ritmo de 0,5 ponto na próxima reunião, e não mais nas próximas reuniões, foi um sinal de que o BC está mais disposto a parar de cortar os juros em um patamar mais elevado do que o consenso dos economistas de mercado indicava. "Se continuasse mencionando "reuniões", em vez de "reunião", o Copom estaria contratando uma Selic "final" de 9,75% para baixo. Agora, indica que se não gostar do que está observando, ele pode interromper o ciclo antes." Também de olho nas alterações do texto, a economista-chefe da Tenax Capital, Débora Nogueira, aponta que o Copom viu um aumento no risco de cauda, apesar de o cenário base continuar parecido. "Achávamos que o plural sairia do **comunicado**, mas que fossem colocar algo no texto que indicasse uma sinalização de 0,5 ponto percentual para a próxima reunião e provavelmente 0,5 para junho, mas sem se comprometer com esse 0,5 ponto adicional", diz. "Entendemos que veio algo um pouco mais "hawk" [conservador]." A economista mantém o cenário base de Selic em 9,5% ao fim deste ano e de 9% no fim de

2025, com expectativa de manutenção do ritmo de corte de 0,5 ponto percentual na reunião de junho.

As sinalizações emitidas pelo presidente do Fed, Jerome Powell, contribuem para essas projeções da Tenax. "Powell indicou que a barra para não cortar em junho está alta. A indicação é que só não cortará se houver uma sequência ruim de **inflação**. Dito isso, vemos uma janela mais benigna de **inflação** para o Brasil." Também de olho no Fed, o sócio e diretor de investimentos da Oby Capital, Fabricio Echeverria, diz que o banco central americano deve exercer influência importante sobre o Copom, e o discurso de Powell dá alguma abertura para o Copom prolongar o ciclo de cortes. "Nos parece que o início do ciclo de cortes americanos em junho é o cenário mais provável, então seria um pouco contraditório ter os mercados desenvolvidos iniciando o ciclo de flexibilização monetária e nós já pensando em parar, ainda que tenhamos começado antes", diz.

A Oby mantém, no curto prazo, as projeções de Selic a 8% no fim deste ano e de 7,25% no fim de 2025, principalmente porque espera que cortes nos EUA.

Ainda na avaliação de Echeverria, o BC poderia ter demorado um pouco mais para tirar o plural sobre os cortes de juros. Para ele, a incerteza com a Selic a partir da reunião de junho do cole-giado pode acrescentar volatilidade aos mercados. "Entendíamos que talvez o momento de fazer a alteração no "guidance" se ria a próxima reunião, não agora. Como resultado inicial, foi um tom um pouco mais "hawk", diz.

Já na leitura da economista-chefe da Canvas Capital, Camila de Faria Lima, "trata-se não só do ritmo do corte de juros, mas da condução da política monetária em si". Para ela, ao alterar o texto, o Copom abre duas discussões: "se vai demorar mais para chegar à Selic final projetada pelo mercado; ou se vai ter uma Selic final mais alta que o esperado", afirma Faria Lima.

Apesar desse ajuste no tom, agora mais cauteloso, a Canvas mantém sua projeção de Selic em 9% no fim do ciclo. "Entendo a intenção do Copom em querer ter mais cuidado, mas acho que a evolução do cenário não mudou. Pelo menos não para mudar o juro final."

*

"Plural caiu, mas é um exagero se apegar a isso"

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) indicou um aumento da incerteza, que gerou uma alteração no "forward guidance" no **comunicado**. "O plural caiu, mas acho que é um exagero se apegar tanto assim a esse ponto", diz o CEO da Ace Capital, Ricardo Denadai, em entrevista ao Valor. Para ele, o cenário base do Copom segue igual, apesar do aumento da incerteza desde janeiro. Neste momento, a Ace projeta a Selic em 9% neste ano.

Valor: O que achou da decisão?

Ricardo Denadai: O Copom foi explícito ao indicar que há uma incerteza grande tanto na conjuntura internacional quanto na doméstica. Por esse aumento da incerteza, o Copom achou que era apropriado mudar o "forward guidance". Se antes, em tese, eram duas reuniões à frente com corte de 0,5 ponto nos juros, agora passou a ser apenas uma reunião à frente. O plural caiu e isso estava em debate no mercado. Acho que é um exagero se apegar tanto assim a esse ponto, porque os dados macro são mais relevantes. Vale notar ainda que, apesar de os dados da semana passada mostrarem uma atividade econômica mais forte, o Copom manteve de forma explícita a percepção de desaceleração. E uma das coisas mais importantes além do plural do "guidance" foi o fato de as projeções de **inflação** ficarem em linha ou até um pouco melhores. O Copom buscou um equilíbrio. Ele indicou que quer ter mais graus de liberdade e trouxe as decisões mais para perto, mas sem causar grande alarde. O cenário base continua igual, mas houve um aumento da incerteza.

Valor: A Ace chegou a projetar o juro básico em 8,5% no fim do ciclo. Esse cenário se mantém?

Denadai: Hoje estamos com 9% no fim do ciclo, mas vemos um risco de ser um juro ainda mais baixo.

Temos um cenário um pouco mais "dovish" [suave] que o mercado. Chegamos a projetar uma taxa de 8,5%, que pressupunha um início de ciclo de corte de juros nos EUA um pouco antes, mas agora vemos um ciclo que tem início em junho e que, portanto, é menor neste ano, com três reduções no total. Claro, não existe relação mecânica entre os Fed funds e os juros aqui, mas, se o Fed liderar e efetivamente começar um ciclo de corte de juros, isso vai facilitar a vida dos bancos centrais do mundo inteiro. Seria muito mais fácil pensar na Selic em 8,5% se os juros americanos comessem a cair antes. Por isso, estamos com 9% para este ano.

Valor: Uma parte do mercado avaliava que uma mudança no "guidance" já agora poderia gerar volatilidade no mercado. É o caso?

Denadai: No fim do dia, o Fed e os Treasuries mandam. Desde meados do ano passado é assim e todo o resto é uma derivada disso. A taxa dos Fed funds é "a mãe de todas as taxas" e ajuda a explicar a precificação dos juros no mundo todo. Claro, o fator idiossincrático tem importância, mas, neste mundo em que estamos vivendo, a política do Fed tem uma importância dobrada. O mercado estava preocupado se as projeções do Fed para os juros saíssem de três para dois cortes de juros neste ano. Foram mantidos os três, mas uma redução de 2024 foi retirada. A mercado, aumentou a aposta em cortes de juros em função do Fed e da indicação velada de que eles preferem começar a cortar os juros em junho. Isso gerou um certo alívio nos juros e o dólar se enfraqueceu. O real teve uma bela performance. Acho que isso se sobrepõe ao "s" do "guidance" do Copom. A discussão global é maior.

Valor: As projeções de **inflação** continuaram iguais à reunião de janeiro, apesar de alguma surpresa altista nos dados deste início de ano. O cenário do Copom é semelhante ao da Ace?

Denadai: Estamos no lado do time que tem uma visão mais construtiva com a **inflação** para este ano. Nossa projeção é de um IPCA de 3,3%. Até agora, conhecemos a **inflação** de dois meses apenas. Vemos um cenário mais favorável, especialmente para a **inflação** de bens, que vale para o mundo inteiro. De fato, os preços de bens vêm ajudando um processo global de desinflação. E, além disso, nosso segundo argumento para uma **inflação** mais baixa passa pelos preços de alimentos. Havia uma dinâmica bem ruim em novembro e dezembro por causa do El Niño, mas, de lá para cá, a parte hidrológica melhorou muito nos modelos de projeção e isso têm apontado que estamos caminhando para um clima mais neutro. O calcanhar de Aquiles é a dinâmica da **inflação** de serviços, já que o mercado de trabalho segue apertado, mas, mesmo assim, vemos um desempenho "ok".

Valor: Isso se espalha para a **inflação** de 2025?

Denadai: Nossa projeção é de 3,5% para o IPCA de 2025 e ela é importante porque o horizonte relevante do Copom, dada a defasagem da política monetária, já dá mais peso para o próximo ano. O mercado continua muito debruçado, e nós, inclusive, na projeção de 2024, mas as discussões preliminares são de que a **inflação** do próximo ano, muito provavelmente, deve ser superior. Os preços de alimentação devem ajudar menos estamos em um ciclo de afrouxamento

monetário. Mas, se for qualquer coisa perto de 3,5%, será uma grande conquista, dado o contexto global em que estamos.

"Se antes, em tese, eram duas reuniões à frente com corte de 0,5 ponto nos juros, agora passou a ser apenas uma" Ricardo Denadai

-

"Comunicado" foi técnico, mas pode desagradar"

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) surpreendeu parte relevante do mercado com a decisão de mudar sua prescrição futura de política monetária, até mesmo profissionais que viam a alteração como a medida certa no atual momento.

Fernando Rocha, economista-chefe da JGP, esperava uma mudança por conta da maior nebulosidade do cenário, mas entendia que o BC não iria contrariar o consenso do mercado, que chegou a ser de manutenção, e também pesaria questões políticas. "O **comunicado** pode provocar protestos, mas deixa claro que o Copom optou pelo caminho mais técnico." Valor: Como avaliou a mudança de "guidance" do Copom?

Fernando Rocha: Eu acreditava que a decisão correta seria mudar o "guidance", porque o cenário ficou mais nebuloso. O Fed ia iniciar seus cortes em março, agora o consenso é junho; o dólar ia recuar ante o real e isso não ocorreu; **inflação** de serviços e atividade surpreenderam para cima. Além disso, boa parte do ciclo de flexibilização já está feito, então fazia sentido se desprender da comunicação válida por duas reuniões. Ajuda até a ancorar expectativas de **inflação**. Mas acreditava que o BC não iria modificar a comunicação, para não ir contra o consenso do mercado e também por questões políticas. O colegiado tem trabalho sob o escrutínio de agentes políticos, ainda que estejam tentando tomar decisões técnicas. O **comunicado** pode provocar protestos, mas deixa claro que o Copom optou pelo caminho mais técnico.

Valor: Acredita que o colegiado trouxe um tom mais duro em relação ao último **comunicado**?

Rocha: Não enxerguei dureza no **comunicado**, a linguagem expressa foi bem comedida. Citou uma piora leve na dinâmica de **inflação** externa, assim como dos preços subjacentes locais, e foi pontual na comunicação de mudança de guidance, o que me faz crer que não há mudança no cenário. Em uma analogia, o Copom viu uma reta no início do ciclo, o que permitiu indicar mais cortes, e agora pode estar se aproximando de uma curva, o que exige cuidados

maiores. Continuo com uma Selic terminal de 9,5%, com cortes de 0,5 ponto percentual até junho e depois desacelera e faz mais um de 0,25. Mas entendo que as casas que têm taxa de 9% ao fim do ciclo deveriam manter suas projeções por ora, porque o BC parece apenas ter se soltado do guidance anterior. Tanto é verdade que não houve alteração das projeções de **inflação**, dando a entender que notou mudanças na dinâmica inflacionária, mas ainda sem força para provocar revisões de cenário. Está se preparando para um ambiente de mais risco, mais incerteza.

Valor: Como avalia a leitura do BC sobre a atividade local?

Rocha: As surpresas altistas nos dados de atividade podem ainda não ter provocado uma alteração de cenário, mas com certeza se tornaram um ponto de atenção para a autarquia, ainda que possa haver alguma volatilidade em números mensais. Um mês não é suficiente para alterar a conjuntura, mas com certeza acendeu um alerta.

Valor: Que peso o Copom deu à decisão do Fed em sua visão?

Rocha: A decisão do Fed não deve ter tido peso relevante porque o "big picture" não mudou em relação à última. Os ativos reagiram positivamente porque se temia uma comunicação mais dura, mas o BC americano escolheu ponderar os dados mais recentes e tranquilizar os agentes. O que importa para o Copom é que continua provável que o Fed comece a cortar juros em junho. Caso isso mude, o peso da decisão também muda. Se os ciclos de afrouxamento estivessem sincronizados aqui e nos EUA, provavelmente teríamos um vento de cauda, porque, quando o Fed corta juros, favorece a tomada de risco nos mercados. Mas como o BC local já fez boa parte do seu trabalho antes do Fed iniciar, não ajuda muito o ciclo doméstico, ainda que não tenha provocado interrupções nos cortes até o momento.

Valor: Os temores em relação à diminuição do diferencial de juros devem aumentar à frente?

Rocha: O Copom tinha uma gordura boa de juros, o que permitiu inclusive a utilização do guidance de duas reuniões. Agora, estamos no fim dessa parte do processo de flexibilização. O caminho à frente é mais complicado e as conversas do Fed ficarão mais importantes também para as decisões domésticas. Se o BC americano começar a cortar juros em junho, minha previsão de Selic terminal em 9,5% tem viés de baixa. Se, pensando em um cenário negativo mais extremo, o ciclo não começar em 2024 lá fora, o Copom pode ter que pausar antes mesmo de o Fed começar.

Valor: Como imagina os cenários de **inflação** e política monetária para 2025?

Rochafbdos os ciclos de **inflação** no mundo tiveram a pandemia como causa, já que estimulou-se demanda em um momento de restrição de oferta. O que estamos vendo agora é a normalização da oferta e, depois disso, será necessário frear a demanda, e, talvez, o Brasil não esteja fazendo isso. Então, o cenário de **inflação** pode ficar pior em 2025 e impedir mais quedas da Selic, ou até provocar um novo movimento de altas. Mas muita coisa pode mudar até lá.

"Acreditava que o BC não iria modificar a comunicação, para não ir contra o consenso do mercado" Fernando Rocha

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187820>

Copom corta juro básico pela sexta vez consecutiva

Pela sexta vez seguida, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reduziu a taxa Selic em 0,50 ponto percentual ontem. O juro básico da economia cai de 11,25% para 10,75% ao ano, em decisão unânime dos nove membros do colegiado - inclusive, dos quatro indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que voltou recentemente à ofensiva contra o presidente do BC, Roberto Campos Neto. Com a decisão de ontem, a Selic chega ao menor nível em dois anos. Até o início de março de 2022, também estava em 10,75%.

O novo corte já era amplamente esperado no mercado financeiro, seguindo a indicação dada pelo BC no último encontro, em janeiro, de que o corte de 0,50 ponto porcentual seria apropriado nas "próximas reuniões". Desde então, os integrantes do Copom enfatizaram que a decisão dessa quarta seria especial, pois contaria com três novas medições de **inflação** (IPCA de fevereiro e março e IPCA-15 de fevereiro) para embasar a escolha do ritmo de corte do juro e o que poderiam fazer a seguir.

No **comunicado**, o colegiado informou que antevê novo corte de 0,50 ponto percentual na próxima reunião, em 7 e 8 de maio.

O BC vem adotando esse ritmo desde agosto de 2023, quando a Selic estava em 13,75% ao ano. Mas, desta vez, não há comprometimento com reduções de igual magnitude em encontros seguintes ao de maio - em 18 e 19 de junho ou 30 e 31 de julho, por exemplo.

"Em função da elevação da incerteza e da consequente necessidade de maior flexibilidade na condução da política monetária, os membros do Comitê, unanimemente, optaram por comunicar que anteveem, em se confirmando o cenário esperado, redução de mesma magnitude na próxima reunião", informaram os integrantes do Copom, no **comunicado**. E acrescenta que "a magnitude total do ciclo de flexibilização ao longo do tempo dependerá da evolução da dinâmica inflacionária".

Mesmo com o novo corte na Selic, o Brasil segue em segundo lugar no ranking mundial dos juros reais (descontada a **inflação** à frente). Segundo levantamento do site MoneyYou com 40 economias, o Brasil passa a ter taxa de juros real de 5,90% e continua apenas atrás do México (7,46%).

"A redução dos juros é importante para ajudar na recuperação da atividade industrial. A manutenção desse ritmo dependerá da evolução da economia e do mercado de trabalho, que, apesar de mostrarem recuperação, trazem preocupações com seus reflexos na **inflação** de serviços." GILBERTO PORCELLO PETRY Presidente da Federação das Indústrias do RS (Fiergs), destacando a necessidade de comprometimento do governo federal com a responsabilidade fiscal

Saiba mais

O que é

A taxa básica de juro, ou taxa Selic, é usada nas negociações de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas da economia.

Ela é o principal instrumento do Banco Central para manter a **inflação** sob controle. O BC atua diariamente por meio de operações de mercado aberto - comprando e vendendo títulos públicos federais - para manter a taxa de juros próxima do valor definido na reunião.

Funcionamento

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juro, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Ao reduzir a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da **inflação** e estimulando a atividade econômica.

Meta de **inflação**

Para 2024, a meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%.

Para 2025 e 2026, as metas também são de 3% para os dois anos, com o mesmo intervalo de tolerância.

No último Relatório de **Inflação**, divulgado no fim de dezembro pelo Banco Central, a autoridade monetária manteve a previsão de que o IPCA termine 2024 em 3,5%, dentro da meta de **inflação**. O próximo relatório será divulgado no fim de março.

Segundo o último boletim Focus, que reúne a consulta a cerca de cem instituições e economistas do mercado financeiro, a estimativa de **inflação** para 2024 subiu levemente, de 3,77% para 3,79%.

Detalhe ZH

Enos EUA...

O Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) manteve, ontem, a taxa básica de juro inalterada na faixa entre 5,25% e 5,50%, em linha com as expectativas dos analistas.

Em **comunicado**, a instituição informou que não espera que seja apropriado reduzir as taxas de juros até que se ganhe maior confiança de que a **inflação** está se movendo de forma sustentável em direção à meta de 2%.

Também destacou que mantém a projeção de realizar três cortes na taxa ainda neste ano, com estimativa de juro para o fim de 2024 em uma faixa de 4,50% a 4,75%.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240321&edicao=29897>

Juros caem e mexem com investimentos

BRASÍLIA

O Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu ontem a taxa básica de juros do País em 0,5 ponto percentual. Com isso, a Selic passou de 11,25% para 10,75% ao ano - o menor valor em dois anos.

Desde que o ciclo de afrouxamento monetário começou, em agosto de 2023, a Selic já caiu 3 pontos percentuais. Uma redução que deve continuar até que a taxa alcance 9% neste ano, como projeta o Boletim Focus.

Isso significa que os ganhos de 1% ao mês até pouco tempo atrás alcançados sem esforço por investidores mais conservadores na renda fixa podem não se repetir. Ainda assim, a classe mantém sua relevância nas carteiras de investimento, dizem especialistas.

"A queda da Selic para 10,75% é esperada e já está precificada no valor dos ativos. A renda fixa deve continuar atrativa, pois a **inflação** esperada está em queda e ainda possibilita um juro real elevado", disse Guilherme Sá, sócio-diretor da Grão Investimentos.

Um levantamento feito por Rafael Haddad, planejador financeiro do C6 Bank, mostra a rentabilidade bruta e líquida dos principais ativos da renda fixa com a nova Selic de 10,75% ao ano.

A simulação levou em conta estimativa de GDI de 9,9% em 1 ano, com base no contrato de DI futuro, e uma expectativa de **inflação** em 12 meses de 3,51%, baseado na projeção do Boletim Focus.

Quem paga mais ao investidor ainda são as Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), Letra de Crédito do Agronegócio (LCAs) e as Debêntures Incentivadas.

Por serem ativos isentos de Imposto de Renda, esses investimentos garantem retornos superiores aos outros mais conhecidos da renda fixa, como o Tesouro Selic ou até os Certificados de Depósito Bancário (CDBs).

A simulação mostra que uma LCI de 96% do GDI oferece rentabilidade bruta de 9,5% em um ano, abaixo dos 11,08% oferecidos por um CDB de 112% do CDI, por exemplo. Mas o IR faz diferença na conta: um investimento de R\$ 1 mil nos dois ativos renderia, após 1 ano, 9,5% versus 9,14%, descontando o imposto.

Para quem tem foco no longo prazo, uma boa

alternativa é manter na carteira títulos indexados à **inflação**, que garantem sempre um juro real ao investidor.

BANCO CENTRAL deve seguir reduzindo os juros básicos da economia até eles chegarem a 9%, até o fim do ano

Relatório deve melhorar expectativa do mercado

(*Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes/FolhaPress*)
JULIANA GONTIJO

O primeiro relatório de avaliação do Orçamento de 2024, previsto para ser divulgado até esta sexta (22), deve apontar um resultado dentro da meta fiscal e, na avaliação do governo, contribuir para consolidar as expectativas do mercado e das agências de risco em um terreno mais benigno, diz o subsecretário da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Otavio Ladeira.

"[A divulgação] Vai ancorar melhor as expectativas, porque o relatório vem com a entrega do resultado", afirmou em entrevista à reportagem. A meta fiscal de 2024 é alcançar o déficit zero, ou seja, equilíbrio entre receitas e despesas.

Há uma margem de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para mais ou menos. Isso significa que, se o relatório indicar um déficit de até R\$ 29 bilhões, aproximadamente, o resultado ainda estará dentro do alvo perseguido.

A melhora do cenário fiscal, na esteira dos ganhos de arrecadação observados na largada do ano, é considerada um trunfo pela área econômica para tentar afastar a pressão pela flexibilização da meta.

"Esperamos todos que ele [o relatório] retire esse debate de mudança de meta do radar.

Ele vai ser bem positivo nesse sentido de tornar em 2024 mais tranquilo esse debate sobre fiscal", diz Ladeira. Já no ano passado, membros da ala política do governo defenderam a mudança da meta para um déficit de até 0,5% do **PIB**.

O pano de fundo da discussão era o temor de que a frustração de receitas obrigasse o Executivo a travar uma parcela considerável dos gastos (sobretudo investimentos), ou que eventual estouro da meta acionasse gatilhos de contenção com efeitos negativos em 2026, ano eleitoral.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, contornou a pressão sob a promessa de que não haveria um contingenciamento tão significativo.

Na sequência, o Congresso aprovou as medidas propostas pelo governo para fechar as contas de

2024, embora com certo grau de desidratação.

Agora, o Executivo argumenta que os primeiros sinais vindos da arrecadação no começo de 2024 indicam a possibilidade de cumprir a meta fiscal. O subsecretário evita antecipar os números do relatório, que ainda estão sendo refinados pela equipe econômica, mas afirma que a divulgação deve funcionar como uma espécie de "freio de arrumação" nas expectativas.

Hoje, as projeções de mercado para o cenário fiscal ainda estão distantes dos resultados prometidos pelo governo, em uma demonstração de ceticismo com o desempenho das medidas de arrecadação aprovadas pelo Congresso.

O Boletim Focus, que reúne as estimativas médias dos analistas ouvidos pelo Banco Central (BC), indica um déficit de 0,75% do **PIB**, cenário que representaria estouro da meta.

Estão neste patamar instituições como Warren Rena (-0,74% do **PIB**) e BTG (-0,7% do **PIB**).

No entanto, Ladeira ressalta que o Focus, por abarcar um número grande de participantes, costuma retratar mudanças de cenário de forma lenta.

Segundo ele, algumas casas já estão convergindo para uma projeção mais benigna, o que inclui agências de risco. A Moody's estima um déficit de 0,5% do **PIB** para este ano, enquanto a Fitch, resultado negativo em 0,6%.

Documento relevante - "O relatório de março é um elemento importante. Não sei se pode ser chamado de um divisor de águas, mas ele é um ponto de partida muito importante. Ancora as expectativas dos investidores locais, dos investidores internacionais e deve, também esperamos, ancorar as expectativas das agências de rating para 2024", diz o subsecretário.

Em sua avaliação, a divulgação dos números deve melhorar as condições para que haja um "alinhamento" entre as expectativas do mercado e as do governo. O mesmo vale para a trajetória da dívida pública.

Na última sexta-feira (15), o Tesouro Nacional divulgou o relatório de projeções fiscais, com estimativas para o

cenário das contas públicas nos próximos dez anos.

A dívida bruta ficou em 74,3% do **PIB** e deve continuar subindo neste ano, alcançando o patamar de 77,3% do **PIB**.

No cenário de referência, que pressupõe o alcance das metas fiscais estipuladas pelo governo também em 2025 (superávit de 0,5% do **PIB**) e 2026 (resultado positivo de 1% do **PIB**), a dívida se estabilizaria até o fim do atual mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com valores de 78% em 2025 e 78,1% em 2026. Segundo o Tesouro, para estabilizar a dívida é necessário alcançar um superávit de 1% do **PIB**, o que o governo pretende atingir em 2026.

-

Renegociação acontece hoje nas capitais

Hoje, Correios e Serasa realizam uma operação especial de negociação de dívidas. O MegaFeirão Serasa e Desenrola conta com apoio do Ministério da Fazenda e envolve técnicos e especialistas em educação financeira, que estarão em 27 agências centrais dos Correios, em todas as capitais brasileiras, treinados para atender a população.

A movimentação tem como objetivo levar orientação aos endividados dispostos a aproveitar a última semana do mutirão contra as dívidas, que envolve 700 empresas de todos os segmentos, concessionárias de energia e água, além da possibilidade de negociar as dívidas do programa Desenrola Brasil, do Ministério da Fazenda.

Queda na inadimplência - O Dia D contra as Dívidas será realizado em meio a uma leve queda na inadimplência do País: a diminuição de fevereiro foi de 30,5 mil CPFs na comparação com janeiro.

"Ser o elo entre o Programa Desenrola, os Correios, mais de 700 empresas da iniciativa privada e as concessionárias de energia e água é a maior demonstração de força já realizada pela Serasa para levar orientação financeira e facilitar a negociação de dívidas", diz o vice-presidente da Serasa, Pedro Dias Lopes.

Presente em todos os 5.568 municípios do Brasil, os Correios também se engajam na campanha contra o endividamento.

"Por estarmos presentes em todas as cidades do País, temos o dever de atuar para que brasileiras e brasileiros tenham acesso a oportunidades como o MegaFeirão Desenrola e Serasa, cumprindo assim uma função social importante", destaca o presidente

dos Correios, Fabiano Silva dos Santos.

Os endereços e horários de funcionamento das agências podem ser consultados no app e site dos Correios.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-21-03-2024/>

Sem sinais sobre quando iniciará reduções, Fed mantém juros

O Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos, decidiu ontem manter a taxa básica de juros americana no intervalo de 5,25% a 5,5% ao ano pela quinta vez consecutiva. O índice permanece no maior patamar desde 2001. A decisão do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês), unânime, confirmou a expectativa do mercado financeiro, que previa a extensão da manutenção dos números, para aguardar indícios que apontem se há de fato uma tendência de queda na **inflação**.

Em **comunicado** após a reunião, o Fed sinalizou que as taxas de juros americanas devem terminar o ano entre 4,5% e 4,75% com três cortes neste ano. A autoridade monetária americana não citou, porém, quando as reduções começarão.

No início deste ano, Wall Street apostava que o primeiro corte ocorreria na reunião de ontem. Com as sinalizações de que a **inflação** não daria trégua, o mercado passou a projetar cortes a partir de junho - os mais pessimistas já falam que o afrouxamento da política monetária só ocorrerá no segundo semestre deste ano.

Para 2025, o Fed informou que a previsão é de que haja três reduções das taxas de juros - antes eram quatro.

"A **inflação** ainda é elevada demais, o progresso contínuo na sua redução não está garantido e o caminho a seguir é incerto", disse o presidente do Fed, Jerome Powell, em entrevista coletiva depois da reunião do Fomc.

Segundo Powell, o comitê não bateu o martelo sobre quando deve começar o corte dos juros americanos. "Tomamos decisões reunião por reunião e hoje (ontem) não tomamos nenhuma decisão sobre reuniões futuras", disse Powell. De acordo com ele, a decisão de reduzir as taxas vai depender dos dados recebidos, da evolução das perspectivas e do equilíbrio dos riscos.

"Não falamos sobre cortar os juros em algum mês específico", afirmou.

Em fevereiro, a **inflação** anual dos EUA fechou em 3,2% - em 2022, o índice chegou a 9,1%. A autoridade monetária americana prevê que só voltará a reduzir os

juros quando o índice de preços ficar mais próximo de 2% ao ano. Para este ano, o Fed previu uma **inflação** de 2,6% - na reunião anterior, a taxa era de 2,4%.

"Estamos numa situação em que, se aliviarmos cedo demais, poderemos ver a **inflação** regressar. E se aliviarmos muito tarde, poderemos ver danos desnecessários ao emprego", afirmou o presidente do Fed.

Para a autoridade monetária americana, o país tem hoje um mercado de trabalho e uma economia saudáveis, mas uma **inflação** que continua a arrefecer de forma mais gradual do que o Fed tinha previsto há três meses.

Para o economista-chefe da Suno Research, Gustavo Sung, as projeções do Fed indicam que os dirigentes enxergam taxas de juros mais elevadas por um período maior de tempo para garantir a convergência da **inflação** à meta de longo prazo.

Ele disse acreditar que o Fomc deve continuar sendo cauteloso, dependente de dados, tendo em vista as incertezas sobre a evolução da **inflação** e do mercado de trabalho.

"Dado que a atividade econômica e o mercado de trabalho continuam sustentando a economia, o Fed não terá pressa em tomar decisões", disse.

A precaução do Fed se dá em razão dos dados recentes.

Após quatro meses de queda nos preços, este ano trouxe surpresas indesejáveis. Em janeiro, a **inflação** veio mais forte do que o esperado, em 2,4% - após quedas em setembro (3,4%), em outubro (2,9%) e novembro e dezembro (2,6%).

Na ocasião, economistas avaliaram que se tratava de falhas sazonais. No entanto, os dados de fevereiro também subiram para 3,2%.

Os preços de produtos básicos, como alimentação e alugueis, continuam a ser uma das principais razões da cautela do Fed.

CRESCIMENTO. Também ontem os dirigentes do banco central americano aumentaram as projeções

para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) real dos Estados Unidos para este ano, 2025 e 2026 na comparação com as estimativas divulgadas após a reunião de política monetária de dezembro.

Para 2024, a mediana das estimativas de crescimento da economia americana subiu de 1,4% para 2,1%. Para 2025, a projeção de avanço do **PIB** passou de 1,8% para 2,0%. Para 2026, a expectativa foi de 1,9% para 2,0%, e no longo prazo a mediana continuou inalterada, em 1,8%.

Ao mesmo tempo, os dirigentes diminuíram a expectativa para a taxa de desemprego no país em 2024 e 2026. Para 2024, a mediana das estimativas para a taxa de desemprego caiu de 4,1% para 4,0%. Para 2025, a projeção continuou em 4,1%, e, para 2026, a expectativa caiu de 4,1% para 4,0%. No longo prazo, a taxa de desemprego deve permanecer em 4,1%.

Perspectivas

4,5% e 4,75% é a previsão do Fed para a taxa de juros ao final deste ano

3 é o número de cortes previstos nos juros dos EUA neste ano.

Para 2025, há a perspectiva de mais três reduções

3,2% foi a **inflação** anual registrada em fevereiro nos EUA, acima dos 2,4% de janeiro

I ANDRÉ MARINHO, FRANCINE DE LORENZO, GABRIEL BUENO DA COSTA, GABRIEL TASSI LARA, MARIA LÍGIA BARROS E PATRICIA LARA, ESPECIAL PARA O BROADCAST/COM AP e WP

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Economia argentina sofre retração de 1,6% no ano passado

A economia argentina registrou queda de 1,9% no quarto trimestre de 2023, na comparação anual, consolidando um ano completo de contração, inclusive antes mesmo de o presidente Javier Milei cortar drasticamente os gastos como parte de sua "terapia de choque". No ano passado, o Produto Interno Bruto (**PIB**) do país encolheu 1,6%, informou ontem o Instituto Nacional de Estatísticas e Censo (Indec).

"A diminuição de 1,6% do **PIB** em 2023 correspondeu ao aumento das importações (2,2%), do consumo privado (1,1%) e público (1,2%), e às quedas das exportações (-6,7%) e da formação bruta de capital fixo (-1,9%) em relação a 2022", afirmou o Indec.

Os dois trimestres anteriores haviam registrado retração de 0,8% e 5%. Tecnicamente, um país entra em recessão quando o **PIB** cai por dois trimestres seguidos.

O terceiro e o quarto trimestres de 2023 foram marcados pelo período de campanha para as eleições presidenciais -vencidas em novembro por Milei, quando praticamente todos os setores da economia entraram em compasso de espera pelas medidas do novo governo, que assumiu em dezembro.

Em 2023, a **inflação** argentina ficou em 211,4%. Em fevereiro deste ano, a alta de preços acumulada em 12 meses chegou a 276,2%.

Para este ano, os economistas projetam um tombo de 3,3% do **PIB**, já que as medidas de austeridade levam a uma queda no consumo.

Esse quadro já pode ser visto. Em fevereiro, segundo a consultoria especializada Scenia, o consumo caiu 4,1% em relação ao mesmo mês do ano passado, depois de uma queda de 3,8% em janeiro, informou o jornal local La Nación. No ano, a retração acumulada é de 3,9%.

O consumo de produtos alimentícios caiu 2% no mês passado, e os de bebidas alcoólicas desabou 11,5%. Sucos e refrigerantes tiveram queda de apenas 1%, mas itens de higiene e cosméticos caíram 5,8%.

As grandes empresas de alimentos e as redes varejistas, segundo o jornal, esperam novas quedas em março.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mercados têm ganhos após falas de Powell; dólar fica abaixo de R\$ 5

Arthur Cagliari, Mathens Prado, Gabriel Caldeira, Victor Rezende, Eduardo Magossi e Augusto Decker De São Paulo

Os mercados reagiram positivamente às falas consideradas menos conservadoras do presidente do Federal Reserve (Fed, banco central americano), Jerome Powell, em entrevista ontem após a autarquia manter os juros americanos estáveis. Tanto os ativos locais quanto os internacionais registraram ganhos. A decisão do Banco Central (BC) brasileiro foi divulgada depois do encerramento dos negócios, portanto não teve efeito relevante nos movimentos do dia.

O dólar comercial caiu 1,09%, para R\$ 4,9745, voltando a ficar abaixo de R\$ 5. A moeda americana já desvalorizava antes mesmo da decisão do Fed, com relatos de entrada de dólares no país por exportadores. No entanto, o movimento se intensificou após o banco central americano não mudar as projeções para os cortes de juros neste ano.

O dólar "casado", obtido pela diferença entre o primeiro futuro do dólar e o dólar "spot", operou em níveis bastante baixos, a 0,5 ponto-base, patamar comum para o fim do mês, sendo que ainda resta uma semana e meia de negociação. Na leitura do operador de câmbio de um grande banco, esse nível é uma sinalização de entrada de dólares no Brasil. "Temos visto entrada [por parte de exportadores], como sempre ocorre quando o dólar bate o nível de R\$ 5", diz.

O J.P. Morgan informou que abriu posições no real via opções. Segundo os estrategistas do banco, a moeda brasileira provavelmente permanecerá entre as divisas com o maior "carry" real nos mercados emergentes neste ano, sendo capaz de resistir aos cortes de juros do Copom sem ver uma depreciação relevante. "O real teve um desempenho ligeiramente inferior no período, com algum ruído político em torno da Petrobras em meio a uma posição pesada comprada em real, mas a história permanece estruturalmente positiva." Além da valorização do câmbio por conta da entrada de capital, o real ganhou força diante da leitura de que o Fed não foi tão conservador quanto o precificava pelos agentes anteriormente.

Também com o Fed no radar, os juros terminaram em baixa tanto no exterior quanto no Brasil. A taxa do

contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 caiu de 9,945% no ajuste anterior para 9,905%; e a do DI para janeiro de 2027 cedeu de 10,105% para 10,01%. Nos EUA, a taxa da T-note de 2 anos teve forte queda de 4,696%, no fechamento anterior, a 4,611%. A taxa da T-note de 10 anos recuou de 4,298% a 4,276%.

Com a manutenção das expectativas de três cortes de 0,25 ponto nos juros neste ano, o mercado deixou em segundo plano as indicações de juros mais pressionados que o esperado para 2025 e 2026 e embarcou em um movimento pró-risco. "Ao longo do dia, e especialmente depois da decisão, o mercado retirou o prêmio de risco que estava embutido caso houvesse uma alteração. As taxas dos Treasuries caíram e ajudaram os juros locais a cederem também", nota o trader de renda fixa de um grande banco local. Ele observa, adicionalmente, que o movimento não ficou contido à curva de juros prefixados e se espalhou para os juros reais, com queda das taxas das NTN-Bs. A taxa do papel com vencimento em maio de 2025, por exemplo, caiu de 6,11% para 6,04%, de acordo com a corretora Necton.

Para Sávio Barbosa, economista-chefe da Kinitro Capital, o fato de o Fed não ter mudado o número de cortes projetados para 2024 mesmo com previsões mais altas de **inflação** e crescimento sugere que a "função de reação" do banco central ficou mais "dovish" (isto é, mais aberta à flexibilização monetária).

"A elevação das projeções de juros para 2025 e 2026 é um sinal de que o comitê buscou equilibrar essa inclinação mais "dovish" do início do ciclo do corte de juros, sinalizando um ciclo mais lento e com uma taxa terminal mais elevada", pondera.

A baixa nos juros futuros ajudou a impulsionar também o Ibovespa, que teve forte alta e subiu 1,25% ontem, aos 129.125 pontos. As principais altas do dia incluíram papéis sensíveis a essas taxas, como Vamos ON, que subiu 7,12%, e Grupo Soma ON, que teve ganhos de 7,29%.

"Na minha visão, decisão e comunicação não foram "dovish", mas o mercado já estava na defensiva, chegou a precificar menos de três cortes de juros nos EUA em 2024, então o cenário "hawkish" estava no preço. Por isso a reação positiva. A parte ruim é que o

BC americano segue dependente de dados, o que mantém a volatilidade nos mercados", diz Mauricio Valadares, diretor de investimentos da Nau Capital.

Também entre os destaques, Petrobras ON subiu 2,08% e Petrobras PN avançou 1,75%.

Em Nova York, o índice Dow Jones teve ganho de 1,03%, aos 39.512 pontos; o S P500 avançou 0,89%, para 5.225 pontos; e o Nasdaq terminou com alta de 1,25%, a 16.369 pontos.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187820>